**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 36/2024 - COMUSA
LICITAÇÃO MISTA - AMPLA PARTICIPAÇÃO E EXCLUSIVA
PARA ME/EPP**

A COMUSA – SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO DE NOVO HAMBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, sob a forma de Autarquia Municipal, sediada na Avenida Coronel Travassos, n.º 287, Bairro Rondônia, Novo Hamburgo/RS, com cadastro fiscal no CNPJ sob n.º 09.509.569/0001-51, em conformidade com a legislação pertinente, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação pública, sob a modalidade de **Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor valor por lote**, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, de conformidade com as disposições da **Lei Federal n.º 14.133/2021**, com aplicação subsidiária do Decreto Municipal n.º 10.652/2023, da Lei Complementar n.º 123/2006, da Lei Municipal n.º 2.020/2009, com aplicação subsidiária do Decreto Federal n.º 8.538/2015, e suas respectivas alterações posteriores, e demais legislações pertinentes, pelo que dispõe no presente Edital as condições de sua realização.

Processo Digital n.º 105217/2024	Requisição n.º 319/2024
Critério de Julgamento: MENOR VALOR POR LOTE	Modo de Disputa: ABERTO

1 - DO LOCAL, DATA E HORA

- 1.1. A sessão pública será realizada no site www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia **16 de dezembro de 2024, com início às 14h00min**.
- 1.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no subitem 1.1, até às **13h59min** do mesmo dia.
- 1.3. A apresentação dos documentos de habilitação será exigida apenas da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, conforme o disposto no subitem 5.1.1 deste Edital.
- 1.4. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).
- 1.5. Para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília-DF.

2 - DO OBJETO

- 2.1. O objeto desta licitação é a **aquisição de materiais elétricos diversos para a COMUSA – Serviços de Água e Esgoto de Novo Hamburgo**, conforme as quantidades, especificações e condições descritas no ANEXO I - Termo de Referência deste Edital.
- 2.2. A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se à licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

3 - DA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderá participar do presente Pregão Eletrônico, qualquer empresa que atua no ramo de atividade pertinente ao objeto do presente Pregão, que atender todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante neste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Portal de Compras Públicas, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.1.1. O lote 16, constante na Tabela 1 do Anexo I deste Edital, será destinado à ampla participação, podendo participar todas e quaisquer empresas, desde que atendido o subitem 3.1 acima, inclusive as que estejam enquadradas como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

3.1.2. Os lotes de 1 a 15, constantes na Tabela 1 do Anexo I deste Edital, serão destinados exclusivamente à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme disposto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar n.º 123/2006. Portanto, somente ME's e EPP's poderão apresentar proposta para esses itens, desde que atendido o subitem 3.1 acima.

3.1.3. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da COMUSA por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

a) É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

b) A não observância do disposto na alínea acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.2. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá declarar, para os devidos fins legais:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, somente para a empresa enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021;

a.1) no lote exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele lote;

a.2) nos lotes em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;

b) que está ciente e que concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital, conforme o disposto no inciso I do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

c) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme o disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

d) que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme o disposto no §1º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

e) que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

f) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos dos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

g) que, conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213/1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas na legislação;

h) que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente

processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3.3. Não poderá(ão) participar do presente Pregão:

- a)** as interessadas que se encontrem sob falência, insolvência civil ou dissolução, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b)** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física, jurídica ou integrante do mesmo grupo econômico, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c)** empresa, isoladamente, integrante do mesmo grupo econômico ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
d.1) O impedimento de que trata a alínea acima será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante;
- e)** aquele que, mesmo que subcontratado, mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com Diretor da COMUSA ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f)** empresas que sejam controladoras, controladas ou coligadas, concorrendo entre si;
- g)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h)** empresas que tenham um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representando licitantes distintas, que concorram entre si;
- i)** empresas que tenham em sua composição societária sócios em comum, gerentes ou diretores, que concorram entre si;
- j)** direta ou indiretamente, servidor ou Diretor da COMUSA, inclusive da execução do objeto contratado e/ou do fornecimento de bens a eles necessários, devendo, também, ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei Federal n.º 14.133/2021;
j.1) terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializados ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, conforme §2º do art. 9º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

3.4. Não será admitida a participação de empresas, na condição de concorrentes, em regime de consórcio.

3.5. Será vedada a subcontratação do objeto desta Licitação.

3.6. A retirada do Edital poderá ser efetuada através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, ou do site <https://www.gov.br/pncp/pt-br> ou do site www.comusa.rs.gov.br, no link Institucional – Licitações, ou, ainda, diretamente na Coordenação de Suprimentos da COMUSA, situada na Avenida Coronel Travassos, n.º 287, Bairro Rondônia, Novo Hamburgo/RS.

4 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para participar do pregão, a licitante deverá estar credenciada no Portal de Compras Públicas, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha,

pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.1.2. O credenciamento da licitante, junto ao provedor do sistema implicará a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a COMUSA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3. Os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar em campo próprio do sistema, quando do envio da proposta inicial, que as respectivas empresas se enquadram nessa(s) categoria(s), para fins de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/2006 e na Lei Municipal n.º 2.020/2009, conforme subitem 3.2, alínea “a”.

4.3.1. A ausência de declaração, naquele momento, impossibilitará a participação neste Pregão **PARA O(S) LOTE(S) EXCLUSIVO(S)**, visto que o(s) mesmo(s) é(são) exclusivo(s) para participação de empresas desta natureza.

5 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa da licitante e subsequente **encaminhamento, exclusivamente por meio do sistema, da proposta com a descrição do objeto ofertado**, contendo a marca do produto e o valor total do lote, **até o horário previsto no subitem 1.2 deste Edital, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

5.1.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.

5.1.2. A proposta de preços deverá ser enviada em formulário específico do site www.portaldecompraspublicas.com.br, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.**

5.1.3. A licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos de habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, bem como o enquadramento de beneficiária da Lei Complementar n.º 123/2006, se for o caso, sendo que a falsidade da declaração sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021 e no item 15 deste Edital.

5.1.4. Os documentos de habilitação exigidos no item 10 deste Edital deverão ser enviados após a fase de lances, **exclusivamente por meio do sistema**, depois da solicitação do(a) Pregoeiro(a), tendo a licitante vencedora 1 (um) dia útil para apresentar a documentação.

5.1.5. A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.2. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.3. Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

5.4. Na etapa de apresentação da proposta pela licitante, não haverá ordem de classificação das propostas.

5.5. Os documentos que compõem a proposta da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 - DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1. Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam

às especificações contidas no ANEXO I deste Edital serão desconsiderados.

6.2. Nas propostas serão considerados obrigatoriamente:

a) preço unitário e total em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais:

I - Caso a proposta apresente mais de dois algarismos (centavos) serão considerados, tão somente, os dois primeiros.

b) marca do produto ofertado;

c) produto ofertado em absoluta conformidade com todas as especificações do ANEXO I deste Edital;

d) inclusão de todas as despesas que influam no valor final, tais como: despesas com custo, transporte e descarga, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;

e) prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste Pregão Eletrônico;

f) prazo de entrega, conforme disposto no ANEXO I deste edital, sujeito a alterações, conforme a necessidade da COMUSA;

g) garantia, conforme exigência prevista no ANEXO I;

h) deverão ser cotados todos os itens que compõem o lote, em decorrência de o julgamento ser pelo menor preço por lote, sob pena de desclassificação integral da proposta para o lote.

6.3. Poderão ser admitidos, pelo(a) Pregoeiro(a), erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

6.4. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.5. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital e nos Anexos.

7 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO

7.1. O(A) Pregoeiro(a) dará início à Sessão Pública através do sistema eletrônico na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta (MENOR VALOR POR LOTE).

8 - CLASSIFICAÇÃO INICIAL DE PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a sessão pública pelo(a) Pregoeiro(a), a partir do horário previsto no Edital, as licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

8.2. O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que:

a) não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital;

b) contenham vícios insanáveis ou ilegalidades; OU

c) contiverem opções de preços ou marcas alternativas ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. Após a ordenação automática, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, oportunidade em que as licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente através do sistema eletrônico, sendo que as demais licitantes serão imediatamente informadas do recebimento do lance e do seu respectivo valor consignado no registro.

8.5. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **MENOR VALOR POR LOTE**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

8.5.1. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.6. A licitante somente poderá oferecer lance com valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo do subitem 8.7.

8.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 5,00 (cinco reais).

8.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

8.9. Durante a sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

8.10. Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.11. No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.12. Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas, contadas da comunicação do fato aos participantes, no *chat* do sistema.

8.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais não seguidas de lances, sendo adotados os critérios de desempate previstos neste Edital.

8.14. No momento seguinte e **somente para o(s) lote(s) com AMPLA PARTICIPAÇÃO**, será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação às microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP:

a) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta mais bem classificada;

b) O sistema automaticamente avaliará se existem microempresas - ME e/ou empresas de pequeno porte - EPP participando do item do pregão;

c) Se estas forem encontradas, então o sistema verificará se o preço por elas ofertado é até 5% (cinco por cento) maior do que o da melhor empresa previamente classificada;

d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas alíneas anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

e) Constatada a ocorrência da hipótese descrita na alínea “a”, a microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP melhor classificada na fase de lances poderá ofertar proposta de preço inferior;

f) O lance de desempate deve obrigatoriamente ser menor do que o lance ofertado pela empresa previamente classificada;

g) A microempresa ou empresa de pequeno porte terá no máximo 05 (cinco) minutos para ofertar o lance de desempate. Se assim não o fizer, então o sistema passará para a próxima microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP melhor classificada, desde que se encontre naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido nesta alínea;

h) A microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP que oferecer um lance menor

do que a primeira empresa previamente classificada será a nova empresa classificada, sendo encerrada a fase do desempate para o item, mesmo que ainda existam microempresas – ME ou empresas de pequeno porte – EPP na mesma condição;

i) Decairá do direito de ofertar o lance a microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP que não realizar este procedimento dentro dos 05 (cinco) minutos.

8.15. O disposto no subitem 8.14 não será aplicado quando a melhor oferta classificada tiver sido apresentada por uma microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP e nos casos previstos no art. 4º, §§1º e 2º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

8.16. Se não houver licitante que atenda ao subitem 8.14 e suas alíneas **e para o(s) lote(s) exclusivo(s)**, permanecendo o empate, serão observados os critérios de desempate estabelecido pelo art. 60 da Lei Federal n.º 14.133/2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei;

c) desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.16.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no Estado do Rio Grande do Sul;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no Brasil;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal n.º 12.187/2009.

8.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá:

a) na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, negociar condições mais vantajosas, após definido resultado do julgamento;

b) encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, após definido resultado de julgamento, para que seja obtida a melhor proposta, bem como decidir sobre a sua aceitação;

c) nas hipóteses descritas nas alíneas “a” e “b” acima, é vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

8.18. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes, sendo seu resultado divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.18.1. Para fins de aceitação pelo(a) Pregoeiro(a), a proposta não poderá ultrapassar o valor estimado pela COMUSA à contratação no que tange ao valor unitário e total do(s) item(ns) que compõem o(s) lote(s), e o(s) produto(s) ofertado(s) deverá(ão) atender todas as condições do Edital e seus Anexos.

8.18.2. A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela COMUSA.

8.18.3. O **valor máximo aceitável** para o objeto desta licitação é o determinado no **ANEXO I** deste Edital.

8.19. Após o comunicado do(a) Pregoeiro(a), a licitante detentora da melhor oferta deverá, no prazo de **01 (um) dia útil**, enviar via sistema eletrônico a **proposta assinada (ANEXO II), devidamente adequada ao último lance ofertado ou após a negociação realizada, acompanhada:**

a) **No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, da Certidão de**

Enquadramento de ME ou EPP, expedida pela Junta Comercial, Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, onde a empresa está sediada, atualizada, ou seja, **com data não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para o início da Sessão Pública;**

a.1) **No caso de Microempreendedor Individual**, do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI comprovará o enquadramento como Microempresa, não sendo exigido o documento descrito na alínea acima;

b) de documentos complementares, se for o caso.

8.19.1. É **facultado** ao(à) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pela licitante, antes de findo o prazo.

8.19.2. **Ensejará a desclassificação da proposta e a aplicação de sanção prevista no item 15 deste Edital a não apresentação da:**

a) proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; E/OU

b) no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, certidão de enquadramento de ME ou EPP, expedida pela Junta Comercial, Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.

8.19.3. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela licitante ou seu representante legal.

8.20. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas e/ou aferição da exequibilidade, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.20.1. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) informará no *chat* a nova data e horário para a continuidade da sessão.

8.21. O(A) Pregoeiro(a) poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **01 (um) dia útil**, sob pena de não aceitação da proposta.

9 - DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, legislação correlata e no item 3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes>).

9.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei Federal n.º 8.429/1992.

9.1.2. Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada inabilitada, por falta de condição de participação.

9.2. Verificado se a licitante atende às condições de participação no certame, conforme subitem 9.1 acima, e de utilização do tratamento favorecido de microempresas e empresas de pequeno porte, e após análise da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para a contratação, e documentação complementar, o(a) Pregoeiro(a) anunciará a licitante vencedora.

9.2.1. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do objeto ou da área

especializada no objeto.

9.2.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no ANEXO I - Termo de Referência deste Edital;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer com valores acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela COMUSA;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.4. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

9.5. Proponentes que não se enquadrarem como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e apresentarem proposta para o(s) LOTE(S) EXCLUSIVO(S), terão sua proposta desclassificada apenas no(s) lote(s) em questão.

10 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Com base nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a habilitação à presente licitação será feita mediante a apresentação dos documentos previstos no ANEXO I - Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de executar o objeto da licitação.

10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.2.1. Na hipótese de a licitante vencedora ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal n.º 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.3. Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação:

- a) a declaração de conhecimento do Edital e de que atende aos requisitos de habilitação, e a declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b) a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- c) a declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- d) a declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

10.4. Os documentos de habilitação, enviados pelo sistema eletrônico conforme subitem 5.1.4 deste Edital, serão examinados pelo(a) Pregoeiro(a), que verificará a autenticidade das certidões junto aos sites oficiais de órgãos e entidades emissores.

10.4.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

10.4.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro

cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021.

10.4.3. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a) em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.4.4. A entrega da documentação física original ou autenticada fica dispensada, podendo ser solicitada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a).

10.4.5. A documentação física original ou autenticada, quando solicitada, deverá ser encaminhada aos cuidados do(a) PREGOEIRO(A) para o seguinte endereço: Av. Coronel Travassos, n.º 287, Bairro Rondônia, Novo Hamburgo/RS, CEP n.º 93.415-000.

10.4.6. No caso de documentos a serem autenticados por servidor credenciado pela COMUSA, em hipótese alguma serão procedidas autenticações na mesma data aprazada para abertura da sessão.

10.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que se beneficiarem do regime diferenciado e favorecido concedido pela Lei Complementar n.º 123/2006 e na Lei Municipal n.º 2.020/2009, por ocasião da participação neste certame licitatório, **deverão apresentar toda a documentação exigida para habilitação, inclusive para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

10.5.1. A Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

10.5.2. O prazo de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da COMUSA, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

10.5.3. A não regularização da documentação, no prazo fixado no subitem 10.6, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital, sendo facultado à COMUSA convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10.5.4. Caso o valor estimado do lote da disputa for superior à receita bruta máxima de empresa de pequeno porte (R\$4.800.000,00 – quatro milhões e oitocentos mil reais), o benefício do subitem 10.5 não será aplicado, conforme art. 4º, §1º, inc. I, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

10.5.5. A obtenção de benefícios a que se refere o subitem 10.5 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme art. 4º, §2º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

10.6. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **01 (um) dia útil**, sob pena de inabilitação.

10.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, na forma do entendimento do Acórdão n.º 1.211/2021 do Plenário do Tribunal de Contas da União;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.8. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.9. Será julgada inabilitada a licitante vencedora que deixar de apresentar qualquer dos

documentos exigidos, nas condições acima elencadas.

10.10. Se a licitante arrematante desatender as exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

11 - DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio de formulário eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

Para pedidos de impugnação de edital e esclarecimentos, a pessoa física ou jurídica deverá proceder ao preenchimento do cadastro de acesso gratuito em <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/adesao/fornecedor>, caso ainda não possua cadastro no Portal de Compras Públicas.

Para participar do processo em suas fases de disputa, deverá proceder com os demais passos de homologação e liberação de acesso disponíveis no Portal de Compras Públicas.

11.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3.1. O(A) Pregoeiro(a) poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos para responder os pedidos de esclarecimentos e impugnações.

11.3.2. As respostas à impugnação ou ao pedido de esclarecimento vincularão os participantes e a Autarquia.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

11.6. Com a resposta ao pedido de esclarecimentos ou com o acolhimento da impugnação, caso a COMUSA verifique a necessidade de modificação no edital, de forma a afetar a formulação das propostas, será publicado Edital de Retificação, sendo designada nova data para realização da sessão pública, observado o prazo do art. 55 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

12 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação das licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

12.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após o julgamento da respectiva fase (julgamento das propostas ou julgamento da habilitação), no prazo de 30 (trinta) minutos a ser concedido pelo(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão;

b) havendo a manifestação do interesse em recorrer, será concedido, por meio de mensagem

do sistema, um único prazo para apresentação das razões recursais, de 3 (três) dias úteis, contados da data sessão pública em que for proferida a decisão final sobre a análise dos documentos habilitatórios e resultado do certame ou da intimação, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.3. Caso a licitante vencedora seja ME ou EPP, e tiver apresentado certidão fiscal e/ou trabalhista com restrição na fase de habilitação, a abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal e/ou trabalhista de que trata o subitem 10.5.1 deste Edital.

12.4. A falta de manifestação imediata da licitante, no prazo concedido na sessão pública, importará a preclusão do direito de recurso.

12.5. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser apresentadas por escrito, mediante formulário próprio do sistema eletrônico, e endereçadas ao(à) Pregoeiro(a) que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso e eventuais contrarrazões para o Diretor-Geral, o qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, ou que contenham vícios insanáveis, bem como os encaminhados por fax, correio, e-mail ou entregues presencialmente.

12.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.8. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos autos insuscetíveis de aproveitamento.

12.9. Decididos os recursos, caberá ao(a) Pregoeiro(a) encaminhar o processo devidamente instruído ao Diretor-Geral e propor a adjudicação e homologação, com vistas à contratação.

13 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento das propostas e da habilitação, e exauridos os recursos administrativos, a adjudicação do objeto e a homologação da licitação em favor da licitante vencedora serão procedidas pelo Diretor-Geral, após o recebimento do processo licitatório concluído pelo(a) Pregoeiro(a) e equipe de apoio, e registrada em ata.

13.2. Após a homologação, estarão disponíveis na internet as propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares.

14 - DO EMPENHO E DO CONTRATO

14.1. A contratação do objeto será efetivada mediante assinatura do instrumento de contrato, cuja minuta encontra-se no **ANEXO III** deste Edital, após a homologação da presente licitação.

14.1.1. É condição para celebração do contrato a manutenção das condições de habilitação pela licitante vencedora.

14.1.2. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a COMUSA deverá verificar a regularidade fiscal da CONTRATADA, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

14.2. Fica estabelecido o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação da COMUSA, para a licitante assinar o contrato decorrente desta licitação, o qual, na forma do art. 90 da Lei Federal n.º 14.133/2021, constitui, neste procedimento, documento hábil à formalização da contratação do objeto.

14.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela COMUSA.

14.3. Decairá do direito à contratação a licitante que, regularmente convocada, não assinar o instrumento de contrato no prazo estipulado no subitem 14.2 deste Edital, ou ainda, não mantiver as mesmas condições de habilitação, não apresentar situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Justiça do Trabalho, o sistema da Seguridade Social (INSS) e/ou ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ficando caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a mesma às sanções previstas no presente Edital.

14.4. Nos termos do disposto no §2º do art. 90 da Lei Federal n.º 14.133/2021, será facultado à COMUSA, quando a convocada não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pela licitante vencedora.

14.5. A licitante eventualmente convocada, na hipótese do disposto no subitem 14.4 deste Edital, caso aceite a convocação, ficará sujeita às mesmas obrigações e penalidades, sob pena da COMUSA aplicar as penalidades previstas no item 15 deste Edital.

14.6. Não se aplicará as sanções da parte final do subitem 14.3 deste Edital às licitantes remanescentes convocadas que não aceitarem as mesmas condições da proposta vencedora ou se recusem a negociar na forma da alínea “a” do subitem 14.7 deste Edital.

14.7. Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 14.4 deste Edital, a COMUSA, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da adjudicatária;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame.

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) deixar de apresentar amostra, quando exigida;
- e) apresentar proposta ou amostra (quando exigida) em desacordo com as especificações do edital; ou
- f) deixar de atender à diligência realizada pelo(a) Pregoeiro(a).

15.1.3. Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

a) recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela COMUSA.

15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

15.1.5. Fraudar a licitação.

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento; ou
- c) apresentar amostra (quando exigida) falsificada ou deteriorada.

15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846/2013.

15.2. Com fulcro no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a COMUSA poderá, garantida a prévia defesa e o contraditório, aplicar ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. Advertência.

15.2.2. Multa.

15.2.3. Impedimento de licitar e contratar.

15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

15.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

15.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

15.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

15.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato causada pela CONTRATADA, quando não se justificar a aplicação de penalidade mais grave.

15.5. A multa será aplicada em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado.

15.5.1. Para as infrações previstas nos subitens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 deste Edital, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.5.2. Para as infrações previstas nos subitens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8 deste Edital, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.5.3. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

15.5.4. As multas e as indenizações cabíveis poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela COMUSA à CONTRATADA.

15.5.5. Caso não seja possível o desconto previsto no subitem 15.5.4 deste Edital, previamente ao encaminhamento da cobrança judicial, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, com a penalidade de multa.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Novo Hamburgo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 deste Edital que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no subitem 15.2.3 deste Edital, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou a adjudicatária para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação,

apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.10.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a licitante ou a CONTRATADA poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

15.10.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

15.11. Na hipótese de aplicação da sanção de multa, o Gabinete do Diretor-Geral providenciará a intimação da licitante, por meio eletrônico, facultando a apresentação de defesa.

15.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contados da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação ao Diretor-Geral, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final do Diretor-Geral. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, convocada dentro do prazo de validade da proposta estabelecido pela COMUSA, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da COMUSA.

16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. As normas disciplinadoras deste Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da COMUSA, a finalidade e a segurança da contratação.

16.2. É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, ou à Autoridade Superior proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme previsão do artigo 64 da Lei Federal n.º 14.133/2021, e na forma do entendimento do Acórdão n.º 1.211/2021 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

16.2.1. A ausência de alguma informação em documento exigido poderá ser suprida pelo(a) Pregoeiro(a), se os dados existirem em outro documento.

16.3. O(A) Diretor(a)-Geral da COMUSA poderá revogar esta licitação por razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

16.3.1. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da CONTRATADA de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

16.4. Sempre que constar neste instrumento o termo “fiscalização”, este se refere à fiscalização a ser exercida por servidor ou comissão de servidores designados para este fim específico, que terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, bem como de controle da execução contratual.

16.5. A prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos desta licitação sujeita o agente às sanções previstas no art. 178 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

16.6. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133/2021.

16.7. A critério da COMUSA, o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou

supressões, de acordo com os artigos 124, inc. I, e 125 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

16.8. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a), que decidirá com base na legislação em vigor.

16.9. A COMUSA não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

16.10. São partes integrantes deste Edital:

a) ANEXO I - Termo de Referência;

b) ANEXO II - Proposta Comercial;

c) ANEXO III - Minuta Contratual.

16.11. A presente licitação rege-se pela Lei Federal n.º 14.133/2021, com aplicação subsidiária do Decreto Municipal n.º 10.652/2023, da Lei Complementar n.º 123/2006, da Lei Municipal n.º 2.020/2009, com aplicação subsidiária do Decreto Federal n.º 8.538/2015, e suas respectivas alterações posteriores, sendo declarado competente o Foro desta Comarca para dirimir controvérsias emergentes da presente licitação.

16.12. O horário de expediente da COMUSA é de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min. Nos meses de dezembro/2024 a fevereiro/2025, a COMUSA terá horário diferenciado nas segundas e sextas-feiras, sendo nas segundas das 12h às 18h e nas sextas das 08h às 14h.

Novo Hamburgo, 29 de novembro de 2024.

Márcio Lüders dos Santos
Diretor-Geral

Sérgio Giugno
Diretor Técnico

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 36/2024 – COMUSA
 ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, QUANTIDADES, CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA
 LICITAÇÃO MISTA**

1 - OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Referência é a aquisição de **materiais elétricos diversos**, para suprir as necessidades da COMUSA - Serviços de Água e Esgoto de Novo Hamburgo.

1.2. Os produtos deverão, obrigatoriamente, seguir as especificações, quantidades e características técnicas constantes neste Termo de Referência, conforme a Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 – Especificação do objeto

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	TIPO DE PARTICIPAÇÃO
1	1	ABRAÇADEIRA DE NYLON (100 X 2,5 X 1,0MM)	1000	UN	0,09	90,00	EXCLUSIVA PARA ME/EPP
	2	ABRAÇADEIRA DE NYLON (150 X 3,6 X 1,1MM)	1000	UN	0,15	150,00	
	3	ABRAÇADEIRA DE NYLON (200 X 4,6 X 1,3MM)	1000	UN	0,21	210,00	
	4	ABRAÇADEIRA DE NYLON (390 X 7,8 X 1,8MM)	1000	UN	0,94	940,00	
	5	FITA ISOLANTE DE PVC ANTICHAMA P/ BAIXA TENSÃO PRETA	200	UN	15,36	3.072,00	
	6	PLAFON COM SOQUETE E-27 EM PORCELANA	100	UN	3,46	346,00	
	7	PLUGUE FÊMEA 2P + T 10A	50	UN	4,24	212,00	
	8	PLUGUE MACHO 2P + T 10A	50	UN	4,70	235,00	
	9	PLUGUE MACHO 2P + T 20A	50	UN	5,58	279,00	
	10	SOQUETE BASE E-27 PORCELANA P/ FIXAÇÃO EM TETO	30	UN	3,92	117,60	
	11	TUBO ESPIRAL 1/2 POL.	100	M	5,92	592,00	
	12	TUBO ESPIRAL 3/4 POL.	100	M	10,75	1.070,00	
TOTAL LOTE 1 (R\$)						7.318,60	
2	1	CHUVEIRO ELÉTRICO 6800W/220V, 4 TEMPERATURAS	15	UN	77,15	1.157,25	EXCLUSIVA PARA ME/EPP
	2	TORNEIRA ELÉTRICA 5500W/220V, 3 TEMPERATURAS, INSTALAÇÃO EM PAREDE, BICA ALTA MÓVEL COM AREJADOR ARTICULÁVEL	8	UN	205,72	1.645,76	
	TOTAL LOTE 2 (R\$)						
3	1	CABO FLEXÍVEL 1 X 25MM ² PRETO - 0,6/1kV	100	M	22,10	2.210,00	EXCLUSIVA PARA ME/EPP
	2	CABO SEMI-RÍGIDO 1 X 50MM ² PRETO - 0,6/1kV	200	M	43,02	8.604,00	
	TOTAL LOTE 3 (R\$)						

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	TIPO DE PARTICIPAÇÃO
4	1	ARMAÇÃO SECUNDÁRIA DE UM ESTRIBO PARA POSTE DE CONCRETO	15	UN	22,60	339,00	EXCLUSIVA PARA ME/EPP
	2	ARRUELA QUADRADA 38MM X 38MM	15	UN	1,96	29,40	
	3	GRAMPO SIMPLES P/ HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 POL.	30	UN	7,67	230,10	
	4	HASTE DE ATERRAMENTO EM COBRE 2,4M X 5/8 POL.	30	UN	94,44	2.833,20	
	5	ISOLADOR ROLDANA DE 1 LEITO	15	UN	10,39	155,85	
	6	PARAFUSO MÁQUINA 16MM X 300MM COM PORCA QUADRADA	15	UN	17,02	255,30	
TOTAL LOTE 4 (R\$)						3.842,85	
5	1	CONJUNTO TERMOPLÁSTICO DE VENTILAÇÃO PARA PAINEL COM VENTILADOR	20	UN	362,66	7.253,20	EXCLUSIVA PARA ME/EPP
	2	MICROVENTILADOR DE PAINEL TAMANHO (120 X 120 X 39MM) 220V	10	UN	175,08	1.750,80	
	3	MICROVENTILADOR DE PAINEL TAMANHO (185 X 185 X 102MM) 220V	5	UN	589,17	2.945,85	
	4	MICROVENTILADOR DE PAINEL TAMANHO (256 X 265 X 85MM) 220V	15	UN	693,70	10.405,50	
TOTAL LOTE 5 (R\$)						22.355,35	
6	1	ABRAÇADEIRA GALVANIZADA 3/4 POL. COM CHAVETA TIPO D	200	UN	1,62	324,00	EXCLUSIVA PARA ME/EPP
	2	ABRAÇADEIRA GALVANIZADA 1 POL. COM CHAVETA TIPO D	200	UN	2,29	458,00	
	3	CANALETA PVC COM TAMPA 30 MM X 30 MM X 2000 MM	50	UN	30,11	1.505,50	
	4	CANALETA PVC COM TAMPA 50 MM X 50 MM X 2000 MM	20	UN	56,73	1.134,60	
	5	ELETRODUTO PEAD CORRUGADO 1.1/2 POL.	50	M	8,85	442,50	
	6	ELETRODUTO PEAD CORRUGADO 2 POL.	50	M	11,82	591,00	
	7	ELETRODUTO PVC CORRUGADO 3/4 POL.	300	M	2,78	834,00	
	8	ELETRODUTO PVC CORRUGADO 1 POL.	200	M	3,50	700,00	
	9	SEAL TUBO 3/4 POL.	150	M	11,89	1.783,50	
	10	SEAL TUBO 1 POL.	150	M	17,25	2.587,50	
TOTAL LOTE 6 (R\$)						10.360,60	

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	TIPO DE PARTICIPAÇÃO
7	1	CONDULETE PVC 1" UNIVERSAL	100	UN	11,09	1.109,00	EXCLUSIVA PARA ME/EPP
	2	CONDULETE PVC 3/4" UNIVERSAL	100	UN	7,72	772,00	
	TOTAL LOTE 7 (R\$)					1.881,00	
8	1	PASSA FIO COM ALMA DE AÇO 15M	5	UN	79,42	397,10	EXCLUSIVA PARA ME/EPP
	2	PASSA FIO COM ALMA DE AÇO 20M	5	UN	95,72	478,60	
	TOTAL LOTE 8 (R\$)					875,70	
9	1	LUVA PVC ROSCÁVEL P/ ELETRODUTO 1 POL.	100	UN	2,05	205,00	EXCLUSIVA PARA ME/EPP
	2	TUBO ELETRODUTO GALVANIZADO 3M 3/4 POL.	20	UN	87,18	1.743,60	
	3	TUBO ELETRODUTO GALVANIZADO 3M 1 POL.	20	UN	110,35	2.207,00	
	4	TUBO ELETRODUTO GALVANIZADO 3M 1.1/2 POL.	10	UN	189,78	1.897,80	
	5	TUBO ELETRODUTO GALVANIZADO 3M 1.1/4 POL.	10	UN	141,42	1.414,20	
	6	TUBO ELETRODUTO GALVANIZADO 3M 2 POL.	5	UN	224,79	1.123,95	
	7	TUBO ELETRODUTO PVC 3M 3/4 POL.	30	UN	12,18	365,40	
	8	TUBO ELETRODUTO PVC 3M 1 POL.	30	UN	18,90	567,00	
TOTAL LOTE 9 (R\$)					9.523,95		
10	1	CONECTOR FENDIDO 10MM ²	100	UN	5,79	579,00	EXCLUSIVA PARA ME/EPP
	2	CONECTOR FENDIDO 16MM ²	100	UN	7,48	748,00	
	3	CONECTOR FENDIDO 25MM ²	100	UN	9,16	916,00	
	4	CONECTOR FENDIDO 35MM ²	100	UN	11,43	1.143,00	
	5	CONECTOR TIPO SINDAL 4MM ²	50	UN	23,71	1.185,50	
	6	CONECTOR TIPO SINDAL 6MM ²	100	UN	31,83	3.183,00	
TOTAL LOTE 10 (R\$)					7.754,50		
11	1	CONECTOR DE PORCELANA 3 X 6MM ²	30	UN	13,70	411,00	EXCLUSIVA PARA ME/EPP
	2	TERMINAL COMPRESSÃO 35MM ²	50	UN	3,97	198,50	
	3	TERMINAL COMPRESSÃO 50MM ²	50	UN	6,82	341,00	
	4	TERMINAL COMPRESSÃO 95MM ²	30	UN	9,94	298,20	
	5	TERMINAL COMPRESSÃO 150MM ²	30	UN	18,75	562,50	
	6	TERMINAL PINO PARA CABO ELÉTRICO 1,5MM ²	300	UN	0,32	96,00	
	7	TERMINAL PINO PARA CABO ELÉTRICO 2,5MM ²	400	UN	0,36	144,00	
	8	TERMINAL PINO PARA CABO ELÉTRICO 6MM ²	400	UN	0,77	308,00	
TOTAL LOTE 11 (R\$)					2.359,20		

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUAN T.	UNID.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	TIPO DE PARTICIPAÇÃO
12	1	CAIXA DE PASSAGEM PLÁSTICA DE SOBREPOR 240 X 190 X 90MM IP54	20	UN	133,91	2.678,20	EXCLUSIVA PARA ME/EPP
	2	MANOPLA DE COMANDO COM 2 POSIÇÕES E 2NA	10	UN	99,48	994,80	
	3	MANOPLA DE COMANDO COM 3 POSIÇÕES E 2NA	10	UN	103,76	1.037,60	
	4	PRENSA CABO DE NYLON COM ROSCA GÁS 3/4 POL.	20	UN	12,07	241,40	
	5	PRENSA CABO DE NYLON COM ROSCA GÁS 1 POL.	20	UN	21,34	426,80	
	6	QUADRO DE COMANDO METÁLICO TAMANHO 400X300X200MM	3	UN	326,80	980,40	
	7	QUADRO DE COMANDO METÁLICO TAMANHO 600X500X250MM	4	UN	758,38	3.033,52	
	8	QUADRO DE COMANDO METÁLICO TAMANHO 800X600X300MM	2	UN	910,06	1.820,12	
	9	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE SOBREPOR COM BARRAMENTO GERAL 100A 44 DIN	2	UN	980,09	1.960,18	
	10	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE SOBREPOR PARA 24 MÓDULOS DIN COM BARRAMENTO NEUTRO E TERRA	2	UN	165,69	331,38	
TOTAL LOTE 12 (R\$)						13.504,40	
13	1	FILTRO DE LINHA PARA 5 TOMADAS	50	UN	74,39	3.719,50	EXCLUSIVA PARA ME/EPP
	TOTAL LOTE 13 (R\$)						
14	1	BATERIA ESTACIONÁRIA 12V 50AH CHUMBO-ÁCIDO	10	UN	397,00	3.970,00	EXCLUSIVA PARA ME/EPP
	2	BATERIA ESTACIONÁRIA 12V 7AH CHUMBO-ÁCIDO VRLA	15	UN	91,27	1.369,05	
	TOTAL LOTE 14 (R\$)						
15	1	MÓDULO DE INTERRUPTOR SIMPLES	50	UN	6,57	328,50	EXCLUSIVA PARA ME/EPP
	2	MÓDULO DE TOMADA 2P + T 10A	300	UN	7,70	2.310,00	
	3	MÓDULO DE TOMADA 2P + T 20A	100	UN	8,26	826,00	
	4	PLACA 4X2 PARA 1 MÓDULO	50	UN	4,64	232,00	
	5	PLACA 4X2 PARA 2 MÓDULOS AFASTADOS	100	UN	4,73	473,00	
	6	PLACA 4X2 PARA 3 MÓDULOS	50	UN	4,81	240,50	
	7	SUPORTE PARA PLACA 4X2 PARA 3 MÓDULOS	200	UN	2,42	484,00	
TOTAL LOTE 15 (R\$)						4.894,00	

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	TIPO DE PARTICIPAÇÃO
16	1	ELETRO BOIA CABO 5 METROS	20	UN	397,73	7.954,60	AMPLA
	2	ELETRO BOIA CABO 15 METROS	20	UN	540,19	10.803,80	
	TOTAL LOTE 16 (R\$)					18.758,40	
VALOR GLOBAL (R\$)						126.104,11	

1.2.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 126.104,11 (cento e vinte e seis mil, cento e quatro reais e onze centavos), conforme valores unitários apostos na tabela acima.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme artigo 27 do Decreto Municipal n.º 10.652/2023, e Decreto Federal n.º 10.818, de 27 de setembro de 2021, ou que vier a substituí-lo.

1.4. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar.

1.5. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar - ETP, constante deste processo de contratação, divulgado no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP.

1.6. Em razão do Plano Contratações Anual não ter sido elaborado para o exercício de 2024, informo que o processo seguirá com a aprovação do Diretor-Técnico e da Junta Financeira Especial, conforme despacho nos autos.

1.7. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

1.7.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, constante deste processo de contratação, divulgado no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP.

1.8. **ADJUDICAÇÃO:** Menor valor por lote.

1.8.1. Deverão ser cotados todos os itens que compõem o respectivo lote da tabela 1, em decorrência de o julgamento ser pelo menor preço por lote, sob pena de desclassificação integral da proposta para o respectivo lote.

1.9. **ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:** A critério da **COMUSA**, o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com os artigos 124, inc. I, e 125 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

2 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1. As especificações deverão ser observadas em todos os quesitos, permitindo-se apenas características e materiais construtivos de qualidade semelhante ou superior aos apresentados na Tabela 2.

2.2. A referência comercial indicada em alguns itens da Tabela 2 serve exclusivamente para facilitar a identificação do item/produto de acordo com o Art. 41 da Lei Federal n.º

14.133/2021, sendo sempre admitidos materiais de outro modelo/fabricante não elencado desde que atendam à respectiva especificação técnica.

Tabela 2 – Especificações técnicas do objeto

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
1	1	ABRAÇADEIRA DE NYLON (100 X 2,5 X 1,0MM)	1000	UN	Abraçadeira em Nylon 6.6 autotravante comprimento 100mm, largura 2,5mm e espessura 1,0mm. As dimensões poderão ter tolerâncias de até 15% em relação aos valores de referência. Protegido contra raios ultravioleta. Temperatura de Utilização: -40°C a +85°C. Flamabilidade: UL94V-2.
	2	ABRAÇADEIRA DE NYLON (150 X 3,6 X 1,1MM)	1000	UN	Abraçadeira em Nylon 6.6 autotravante comprimento 150mm, largura 3,6mm e espessura 1,1mm. As dimensões poderão ter tolerâncias de até 15% em relação aos valores de referência. Protegido contra raios ultravioleta. Temperatura de Utilização: -40°C a +85°C. Flamabilidade: UL94V-2.
	3	ABRAÇADEIRA DE NYLON (200 X 4,6 X 1,3MM)	1000	UN	Abraçadeira em Nylon 6.6 autotravante comprimento 200mm, largura 4,6mm e espessura 1,3mm. As dimensões poderão ter tolerâncias de até 15% em relação aos valores de referência. Protegido contra raios ultravioleta. Temperatura de Utilização: -40°C a +85°C. Flamabilidade: UL94V-2.
	4	ABRAÇADEIRA DE NYLON (390 X 7,8 X 1,8MM)	1000	UN	Abraçadeira em Nylon 6.6 autotravante comprimento 390mm, largura 7,8mm e espessura 1,8mm. As dimensões poderão ter tolerâncias de até 15% em relação aos valores de referência. Protegido contra raios ultravioleta. Temperatura de Utilização: -40°C a +85°C. Flamabilidade: UL94V-2.
	5	FITA ISOLANTE DE PVC ANTICHAMA P/ BAIXA TENSÃO PRETA	200	UN	Fita isolante PVC preta para isolamento de fios e cabos elétricos de baixa tensão. Proteção: resistente a raios UV. Material: PVC auto extingüível à chama. Classe de tensão: 750V. Classe A: uso profissional. Fornecida em rolo de 20m. Dimensões: Espessura mínima: 0.18mm. Largura: 19mm. Comprimento: 20m. Norma: NBR NM 60454-3-1. Referência comercial: Prysmian P44, 3M Scotch 33+ ou outro fabricante que possua modelo equivalente.
	6	PLAFON COM SOQUETE E-27 EM PORCELANA	100	UN	Plafon em material termoplástico na cor branca, com soquete base E-27 corpo em Porcelana com acabamento em esmalte na cor branca para luminária tipo plafonier. Fornecido com parafusos para fixação do Plafon na parede/teto e parafusos para fixação dos bornes para conexão dos condutores. Potência máxima: 100W. Tensão máxima: 250Vac. Aplicação: uso em instalações em luminárias em geral como lâmpadas LED e incandescente.
	7	PLUGUE FÊMEA 2P + T 10A	50	UN	Plugue para tomada tipo fêmea, 2P + T, desmontável para tomadas destinadas a uso doméstico e análogo com corrente de 10A/250V. Mecanismo produzido em material termoplástico com componentes condutores em liga de cobre. Certificação: NBR 14136.
	8	PLUGUE MACHO 2P + T 10A	50	UN	Plugue para tomada tipo macho, 2P + T, desmontável para tomadas destinadas a uso doméstico e análogo com corrente de 10A/250V. Mecanismo produzido em material termoplástico com componentes condutores em liga de cobre. Certificação: NBR 14136.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
	9	PLUGUE MACHO 2P + T 20A	50	UN	Plugue para tomada tipo macho, 2P + T, desmontável para tomadas destinadas a uso doméstico e análogo com corrente de 20A/250V. Mecanismo produzido em material termoplástico com componentes condutores em liga de cobre. Certificação: NBR 14136.
	10	SOQUETE BASE E-27 PORCELANA P/ FIXAÇÃO EM TETO	30	UN	Receptáculo base E-27 corpo em Porcelana com acabamento em esmalte na cor branca próprio para fixação direta em teto; Contatos em latão niquelado; Possuir terminais tipo bornes para conexão dos fios; Possuir parafusos na fixação dos bornes; condutor até 2,5mm ² ; Temperatura máxima: 230°C; Corrente máxima: 4A; Potência máxima: 250W; Tensão: 250Vac. Aplicação: uso em instalações em luminárias em geral como lâmpadas LED, incandescente, luz mista, vapor de mercúrio, vapor metálico e vapor de sódio.
	11	TUBO ESPIRAL 1/2 POL.	100	M	Tubo espiral 1/2" para amarração e acomodação de cabos junto a chicote elétrico no interior de painéis. Faixa de diâmetro da amarração 9,5 - 100. Especificação do Material: polietileno anti-chama; cor branca; espessura mínima de 1,1mm; largura mínima da fita espira (passo) de 15mm; Temperatura de operação: -10° a +80°C; Flamabilidade: UL94HB.
	12	TUBO ESPIRAL 3/4 POL.	100	M	Tubo espiral 3/4" para amarração e acomodação de cabos junto a chicote elétrico no interior de painéis. Faixa de diâmetro da amarração 18 - 150. Especificação do Material: polietileno anti-chama; cor branca; espessura mínima de 1,5mm; largura mínima da fita espira (passo) de 19mm; Temperatura de operação: -10° a +80°C; Flamabilidade: UL94HB.
2	1	CHUVEIRO ELÉTRICO 6800W/220V, 4 TEMPERATURAS	15	UN	Chuveiro elétrico potência máxima 6800W/220Vac com seletor manual para ajuste de quatro níveis de temperatura. Demais características: Compatível com Dispositivo Diferencial Residual; Utilização com água tratada; Limites de funcionamento: de 10kPa (1,0 m.c.a) a 400kPa (40 m.c.a) sem recorrer a niple de redução; Direção do fluxo jato d'água: vertical (fixo); Niple de entrada do aparelho apropriado para instalação de cano de prolongamento para afastamento da parede do box do banheiro; Capacidade de elevação de temperatura d'água: maior igual a 29°C; Classe de potência: melhor ou igual a E, conforme mais recente ENCE Inmetro/IPT; Eficiência energética: superior a 95%. Acessórios que devem acompanhar o produto: a) Redutor de pressão niple de entrada; b) Ducha manual: mangueira e demais acessórios de fixação; e c) Cano prolongador com alojamento superior para passagem de condutores elétricos. Índice de proteção: maior igual a IP24; Garantia: 1 ano; Certificação: ABNT NBR 12483:2015 – Chuveiros elétricos – Requisitos gerais.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
	2	TORNEIRA ELÉTRICA 5500W/220V, 3 TEMPERATURAS, INSTALAÇÃO EM PAREDE, BICA ALTA MÓVEL COM AREJADOR ARTICULÁVEL	8	UN	Torneira elétrica potência máxima 5500W/220Vac para instalação em parede com seletor manual para ajuste de três níveis de temperatura dotada de bica alta móvel com arejador articulável. Demais características: Compatível com Dispositivo Diferencial Residual; Utilização com água tratada; Limites de funcionamento: de 20kPa (2,0 m.c.a) a 400kPa (40 m.c.a) sem recorrer a niple de redução; Direção do fluxo jato d'água: ajustável por meio de bica alta móvel com arejador articulável; Registro de controle vazão jato d'água: ¼ de volta; Capacidade de elevação de temperatura d'água: maior igual a 26°C; Classe de potência (eficiência energética): melhor igual a D, conforme mais recente ENCE Inmetro/IPT; Eficiência energética: superior a 95%; Acessório a ser fornecido com o produto: Redutor de pressão niple de entrada; Índice de proteção: maior igual a IP24; Garantia: 1 ano; Certificação: ABNT NBR 14011 – Aquecedores instantâneos de água e torneiras elétricas - Requisitos gerais.
3	1	CABO FLEXÍVEL 1 X 25MM² PRETO - 0,6/1kV	100	M	Cabo de cobre flexível 25 mm², Preto, Classe de encordoamento mínimo 4; unipolar; Isolação em HEPR (90°C), com cobertura em PVC/ST2 antichama - 0,6/1 kV. Certificação: NBR 6251, NBR 7286 e NBR NM 280.
	2	CABO SEMI-RÍGIDO 1 X 50MM² PRETO - 0,6/1kV	200	M	Cabo de cobre semi-rígido 50mm², Preto, Classe de encordoamento 2, unipolar, Isolação em HEPR (90°C), com cobertura em PVC/ST2 antichama - 0,6/1 kV. Certificação: NBR 6251, NBR 7286 e NBR NM 280.
4	1	ARMAÇÃO SECUNDÁRIA DE UM ESTRIBO PARA POSTE DE CONCRETO	15	UN	Armação secundária de 1 (um) estribo, em aço carbono zincado por imersão a quente, fornecido montado com haste e cupilha. Em conformidade com a norma técnica RGE/CPFL: GED-908.
	2	ARRUELA QUADRADA 38MM X 38MM	15	UN	Arruela quadrada, em aço galvanizado zincado por imersão a quente, com formato quadrado 38x38mm, com espessura de 3mm e com furo circular no centro (diâmetro 18mm). Normas: NBR 8158 e NBR 6323.
	3	GRAMPO SIMPLES P/ HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 POL.	30	UN	Grampo/conector simples, tipo olhal, para haste de aterramento 5/8". Material: grampo em liga de cobre, acessórios em aço zincado eletrolítico. Características: conexão por aperto; alta condutividade elétrica e resistência à corrosão. Normas: NBR 5370 e NBR 13571.
	4	HASTE DE ATERRAMENTO EM COBRE 2,4M X 5/8 POL.	30	UN	Haste para aterramento fabricada em aço SAE 1010/1020 trefilado e revestido de cobre eletrolítico por eletrodeposição. Dimensões Mínimas: diâmetro de 15mm com 2,40m de comprimento. De acordo com padrão RGE/CPFL GED-13 e NBR 13571.
	5	ISOLADOR ROLDANA DE 1 LEITO	15	UN	Isolador tipo roldana de porcelana, 1 leito, 79x76mm, recoberto com uma camada de esmalte liso vitrificado, com dielétrico na cor marrom ou cinza. Em conformidade com a norma técnica RGE/CPFL:GED-11413. Para ser utilizado junto com a armação secundária de um estribo.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
	6	PARAFUSO MÁQUINA 16MM X 300MM COM PORCA QUADRADA	15	UN	Parafuso de cabeça quadrada (máquina), diâmetro de 16mm (5/8"), em aço carbono zincado por imersão a quente, fornecido com porca quadrada, com comprimento total igual a 300mm e comprimento de rosca maior ou igual a 200 mm. Em conformidade com a norma técnica RGE/CPFL: GED-1315.
5	1	CONJUNTO TERMOPLÁSTICO DE VENTILAÇÃO PARA PAINEL COM VENTILADOR	20	UN	Conjunto termoplástico de ventilação para painel com ventilador 220Vac. Vazão: maior igual a 60 m³/h. Recortes para fixação de 125x125mm (+/- 3% tolerância). Características: fixação por encaixe na parede lateral de painéis metálicos, dispensando uso de parafusos; filtro de ar com estrutura progressiva G3 (Norma DIN EN 779 ou NBR 16401) ou ISO Coarse / ISO Grosso (Norma ISO 16890 ou NBR ISO 16890-1); tamanho da veneziana de proteção 150X150mm (+/-10%); Grau de proteção mínimo: IP54. Referência comercial: Tasco CVT21002R72V, CVT21002R75V ou outro fabricante que possua modelo equivalente.
	2	MICROVENTILADOR DE PAINEL TAMANHO (120 X 120 X 39MM) 220V	10	UN	Microventilador para painéis elétricos 120mm x 120mm x 39mm. Tensão nominal: 220Vac. Máxima vazão: maior igual a 44 l/s. Carcaça em nylon preto ou em alumínio com pintura eletrostática. Mancalização em rolamentos de esfera com lubrificação permanente. Temperatura máxima de trabalho 55°C. Garantia: maior ou igual a 2 anos. Referência comercial: Ventisilva E11 NYCD ou outro fabricante que possua modelo equivalente.
	3	MICROVENTILADOR DE PAINEL TAMANHO (185 X 185 X 102MM) 220V	5	UN	Microventilador para painéis elétricos 185mm x 185mm x 102mm. Tensão nominal: 220Vac. Máxima vazão: maior igual a 156 l/s. Carcaça em nylon preto ou em alumínio com pintura eletrostática. Mancalização em rolamentos de esfera com lubrificação permanente. Temperatura máxima de trabalho 55°C. Garantia: maior ou igual a 2 anos. Referência comercial: Ventisilva E18 NYCD ou outro fabricante que possua modelo equivalente.
	4	MICROVENTILADOR DE PAINEL TAMANHO (256 X 265 X 85MM) 220V	15	UN	Microventilador para painéis elétricos 256mm X 265mm x 85mm. Tensão nominal: 220Vac. Máxima vazão: maior igual a 373 l/s. Carcaça em nylon preto ou em alumínio com pintura eletrostática. Mancalização em rolamentos de esfera com lubrificação permanente. Temperatura máxima de trabalho 55°C. Garantia: maior ou igual a 2 anos. Referência comercial: Ventisilva RAX 2 NY ou outro fabricante que possua modelo equivalente.
6	1	ABRAÇADEIRA GALVANIZADA 3/4 POL. COM CHAVETA TIPO D	200	UN	Abraçadeira Tipo D de 3/4" fabricada em aço e com acabamento galvanizado eletrolítico (zincado). Sua fixação é realizada através de uma trava (Cunha/Chaveta). Norma: NBR 6323.
	2	ABRAÇADEIRA GALVANIZADA 1 POL. COM CHAVETA TIPO D	200	UN	Abraçadeira Tipo D de 1" fabricada em aço e com acabamento galvanizado eletrolítico (zincado). Sua fixação é realizada através de uma trava (Cunha/Chaveta). Norma: NBR 6323.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
	3	CANALETA PVC COM TAMPA 30 MM X 30 MM X 2000 MM	50	UN	Canaleta PVC rígido tipo aberta na cor cinza, utilizado para condução, proteção e direcionamento de fios e cabos em painéis com dimensões externas de 30mm x 30mm x 2000mm. Deverá ser fornecida com tampa corrediça. Material: Termoplástico auto extingüível. Temperatura de operação: -20° a 70°C. Norma: NBR IEC 61084-1. Referência comercial: Hellermann HD2P ou outro fabricante que possua modelo equivalente.
	4	CANALETA PVC COM TAMPA 50 MM X 50 MM X 2000 MM	20	UN	Canaleta PVC rígido tipo aberta na cor cinza, utilizado para condução, proteção e direcionamento de fios e cabos em painéis com dimensões externas de 50mm x 50mm x 2000mm. Deverá ser fornecida com tampa corrediça. Material: Termoplástico auto extingüível. Temperatura de operação: -20° a 70°C. Norma: NBR IEC 61084-1. Referência comercial: Hellermann HD4P ou outro fabricante que possua modelo equivalente.
	5	ELETRODUTO PEAD CORRUGADO 1.1/2 POL.	50	M	Eletroduto flexível corrugado em PEAD (Polietileno de Alta de Densidade), CRC 680N, bitola 1. 1/2" na cor preta (classe de resistência mecânica pesada). Normas: NBR 5410 e NBR 15715.
	6	ELETRODUTO PEAD CORRUGADO 2 POL.	50	M	Eletroduto flexível corrugado em PEAD (Polietileno de Alta de Densidade), CRC 680N, bitola 2" cor preta (classe de resistência mecânica pesada). Normas: NBR 5410 e NBR 15715.
	7	ELETRODUTO PVC CORRUGADO 3/4 POL.	300	M	Eletroduto flexível corrugado em PVC bitola 3/4" na cor laranja (classe de alta resistência mecânica). A dimensão em milímetros é referência comercial: diâmetro externo de 25mm. Normas: NBR 5410 e NBR 15465.
	8	ELETRODUTO PVC CORRUGADO 1 POL.	200	M	Eletroduto flexível corrugado em PVC bitola 1" na cor laranja (classe de alta resistência mecânica). A dimensão em milímetros é referência comercial: diâmetro externo de 32mm. Normas: NBR 5410 e NBR 15465.
	9	SEAL TUBO 3/4 POL.	150	M	Eletroduto metálico flexível, fabricado com fita de aço carbono galvanizado ou zincado, revestido externamente com PVC extrudado auto extingüível na cor preta. Diâmetro nominal de 3/4". Normas: UL-360, UL 94VO, NBR 7008 e NBR 7013.
	10	SEAL TUBO 1 POL.	150	M	Eletroduto metálico flexível, fabricado com fita de aço carbono galvanizado ou zincado, revestido externamente com PVC extrudado auto extingüível na cor preta. Diâmetro nominal de 1". Normas: UL-360, UL 94VO, NBR 7008 e NBR 7013.
7	1	CONDULETE PVC 1" UNIVERSAL	100	UN	Condutele PVC 1", universal, tipo "X", para montagem universal de tipos (mínimo 5 entradas) em sistema de eletroduto rígido aparente. Demais características: compatível para montagem de sistemas fixo-convencional e modular; antichama; identificação da bitola estampada no corpo do condutele. Cada unidade deverá ser fornecida com pelo menos os seguintes acessórios: 2 conectores de saída para eletroduto 1" e 3 tampões PVC para fechamento das entradas não usadas. Norma: NBR 15465. Referência comercial: Tramontina Plastibox ou outro fabricante que possua modelo equivalente.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
	2	CONDULETE PVC 3/4" UNIVERSAL	100	UN	Condutele PVC 3/4", universal, tipo "X", para montagem universal de tipos (mínimo 5 entradas) em sistema de eletroduto rígido aparente. Demais características: compatível para montagem de sistemas fixo-convencional e modular; antichama; identificação da bitola estampada no corpo do condutele. Cada unidade deverá ser fornecida com pelo menos os seguintes acessórios: 2 conectores de saída para eletroduto 3/4" e 3 tampões PVC para fechamento das entradas não usadas. Norma: NBR 15465. Referência comercial: Tramontina Plastibox ou outro fabricante que possua modelo equivalente.
8	1	PASSA FIO COM ALMA DE AÇO 15M	5	UN	Dispositivo utilizado em serviço de passagem de condutores elétricos em interior de eletroduto. Constituição: cabo de aço coberto por material termoplástico. Resistência mínima a tração: 100kg. Comprimento: 15m. Referência comercial: Kalop KL29115N ou outro fabricante que possua modelo equivalente.
	2	PASSA FIO COM ALMA DE AÇO 20M	5	UN	Dispositivo utilizado em serviço de passagem de condutores elétricos em interior de eletroduto. Constituição: cabo de aço coberto por material termoplástico. Resistência mínima a tração: 100kg. Comprimento: 20m. Referência comercial: Kalop KL29120N ou outro fabricante que possua modelo equivalente.
9	1	LUVA PVC ROSCÁVEL P/ ELETRODUTO 1 POL.	100	UN	Luva para eletroduto 1". Próprio para uso em tubo eletroduto tipo rígido pesado roscável. Cor preta. Norma: NBR 15465.
	2	TUBO ELETRODUTO GALVANIZADO 3M 3/4 POL.	20	UN	Eletroduto zincado por imersão a quente (galvanizado a fogo) do tipo pesado, com rebarba interna removida (RIR). Diâmetro nominal: 3/4". Deve vir com uma luva, fornecido em barras de 3 metros. Norma: NBR 5598.
	3	TUBO ELETRODUTO GALVANIZADO 3M 1 POL.	20	UN	Eletroduto zincado por imersão a quente (galvanizado a fogo) do tipo pesado, com rebarba interna removida (RIR). Diâmetro nominal: 1". Deve vir com uma luva, fornecido em barras de 3 metros. Norma: NBR 5598.
	4	TUBO ELETRODUTO GALVANIZADO 3M 1.1/2 POL.	10	UN	Eletroduto zincado por imersão a quente (galvanizado a fogo) do tipo pesado, com rebarba interna removida (RIR). Diâmetro nominal: 1. 1/2". Deve vir com uma luva, fornecido em barras de 3 metros. Norma: NBR 5598.
	5	TUBO ELETRODUTO GALVANIZADO 3M 1.1/4 POL.	10	UN	Eletroduto zincado por imersão a quente (galvanizado a fogo) do tipo pesado, com rebarba interna removida (RIR). Diâmetro nominal: 1. 1/4". Deve vir com uma luva, fornecido em barras de 3 metros. Norma: NBR 5598.
	6	TUBO ELETRODUTO GALVANIZADO 3M 2 POL.	5	UN	Eletroduto zincado por imersão a quente (galvanizado a fogo) do tipo pesado, com rebarba interna removida (RIR). Diâmetro nominal: 2". Deve vir com uma luva, fornecido em barras de 3 metros. Norma: NBR 5598.
	7	TUBO ELETRODUTO PVC 3M 3/4 POL.	30	UN	Tubo Eletroduto PVC, com diâmetro nominal de 3/4". Tipo rígido pesado roscável, não propaga chama. Cor preta. A dimensão em polegada é referência comercial. Norma: NBR 15465.
	8	TUBO ELETRODUTO PVC 3M 1 POL.	30	UN	Tubo Eletroduto PVC, com diâmetro nominal de 1". Tipo rígido pesado roscável, não propaga chama. Cor preta. A dimensão em polegada é referência comercial. Norma: NBR 15465.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
10	1	CONECTOR FENDIDO 10MM ²	100	UN	Conector tipo parafuso fendido (split bolt) usado para emenda de cabos elétricos ou derivações. Corpo feito de cobre eletrolítico e o miolo e porca feitos em liga de cobre de alta resistência mecânica. O conector deve ter superfícies lisas, uniformes e contínuas, sem saliências pontiagudas, arestas cortantes ou outras imperfeições. Deve ser gravado no corpo do conector, de forma legível e indelével, no mínimo: nome ou marca do fabricante, seção (mm ²) do condutor.
	2	CONECTOR FENDIDO 16MM ²	100	UN	Conector tipo parafuso fendido (split bolt) usado para emenda de cabos elétricos ou derivações. Corpo feito de cobre eletrolítico e o miolo e porca feitos em liga de cobre de alta resistência mecânica. O conector deve ter superfícies lisas, uniformes e contínuas, sem saliências pontiagudas, arestas cortantes ou outras imperfeições. Deve ser gravado no corpo do conector, de forma legível e indelével, no mínimo: nome ou marca do fabricante, seção (mm ²) do condutor.
	3	CONECTOR FENDIDO 25MM ²	100	UN	Conector tipo parafuso fendido (split bolt) usado para emenda de cabos elétricos ou derivações. Corpo feito de cobre eletrolítico e o miolo e porca feitos em liga de cobre de alta resistência mecânica. O conector deve ter superfícies lisas, uniformes e contínuas, sem saliências pontiagudas, arestas cortantes ou outras imperfeições. Deve ser gravado no corpo do conector, de forma legível e indelével, no mínimo: nome ou marca do fabricante, seção (mm ²) do condutor.
	4	CONECTOR FENDIDO 35MM ²	100	UN	Conector tipo parafuso fendido (split bolt) usado para emenda de cabos elétricos ou derivações. Corpo feito de cobre eletrolítico e o miolo e porca feitos em liga de cobre de alta resistência mecânica. O conector deve ter superfícies lisas, uniformes e contínuas, sem saliências pontiagudas, arestas cortantes ou outras imperfeições. Deve ser gravado no corpo do conector, de forma legível e indelével, no mínimo: nome ou marca do fabricante, seção (mm ²) do condutor.
	5	CONECTOR TIPO SINDAL 4MM ²	50	UN	Conector múltiplo tipo "sindal" 4 mm ² . Características gerais: Parafusos e terminais em latão ou borne em zamak latonado. Bitola do fio: 4 mm ² . Isolação: PE - Polietileno (até 70°C) ou PA - Poliamida (até 100°C). Tensão: 250V. Número de bornes: 12 Bornes. Referência comercial: Sindal 812, 812 MD ou outro fabricante que possua modelo equivalente.
	6	CONECTOR TIPO SINDAL 6MM ²	100	UN	Conector múltiplo tipo "sindal" 6 mm ² . Características gerais: Parafusos e terminais em latão ou borne em zamak latonado. Bitola do fio: 6 mm ² . Isolação: PE - Polietileno (até 70°C) ou PA - Poliamida (até 100°C). Tensão: 600V. Número de bornes: 12 Bornes. Referência comercial: Sindal 212, 212 MD ou outro fabricante que possua modelo equivalente.
11	1	CONECTOR DE PORCELANA 3 X 6MM ²	30	UN	Conector em porcelana para emenda de cabos (3 x 6mm ²), com capacidade mínima de 25A. Isolação: PR - Porcelana (até 350°C). Tensão: 600V. Número de polos: 3. Referência comercial: Sindal 3103 ou outro fabricante que possua modelo equivalente.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
	2	TERMINAL COMPRESSÃO 35MM ²	50	UN	Terminal compressão 35mm ² de 1 Furo e 1 Compressão. Fabricado em cobre eletrolítico com acabamento estanhado. Deve possuir vigia no barril que permite verificar a completa inserção do cabo. Possuir a boca do barril (receptáculo para o cabo) projetada em forma de sino, para facilitar a introdução de condutores flexíveis de cobre. Para parafuso de fixação M8. Norma: NBR 5370.
	3	TERMINAL COMPRESSÃO 50MM ²	50	UN	Terminal compressão 50mm ² de 1 Furo e 1 Compressão. Fabricado em cobre eletrolítico com acabamento estanhado. Deve possuir vigia no barril que permite verificar a completa inserção do cabo. Possuir a boca do barril (receptáculo para o cabo) projetada em forma de sino, para facilitar a introdução de condutores flexíveis de cobre. Para parafuso de fixação M8 ou M10. Norma: NBR 5370.
	4	TERMINAL COMPRESSÃO 95MM ²	30	UN	Terminal compressão 95mm ² de 1 Furo e 1 Compressão. Fabricado em cobre eletrolítico com acabamento estanhado. Deve possuir vigia no barril que permite verificar a completa inserção do cabo. Possuir a boca do barril (receptáculo para o cabo) projetada em forma de sino, para facilitar a introdução de condutores flexíveis de cobre. Para parafuso de fixação M10 ou M12. Norma: NBR 5370.
	5	TERMINAL COMPRESSÃO 150MM ²	30	UN	Terminal compressão 150mm ² de 1 Furo e 1 Compressão. Fabricado em cobre eletrolítico com acabamento estanhado. Deve possuir vigia no barril que permite verificar a completa inserção do cabo. Possuir a boca do barril (receptáculo para o cabo) projetada em forma de sino, para facilitar a introdução de condutores flexíveis de cobre. Para parafuso de fixação M12. Norma: NBR 5370.
	6	TERMINAL PINO PARA CABO ELÉTRICO 1,5MM ²	300	UN	Terminal pino pré-isolado 1,5 mm ² . Comprimento mínimo de pino 10mm. Fabricado em cobre eletrolítico com acabamento estanhado, com isolamento em PVC rígido. Classe de tensão: 750V.
	7	TERMINAL PINO PARA CABO ELÉTRICO 2,5MM ²	400	UN	Terminal pino pré-isolado 2,5 mm ² . Comprimento mínimo de pino 10mm. Fabricado em cobre eletrolítico com acabamento estanhado, com isolamento em PVC rígido. Classe de tensão: 750V.
	8	TERMINAL PINO PARA CABO ELÉTRICO 6MM ²	400	UN	Terminal pino pré-isolado 6,0 mm ² . Comprimento mínimo de pino 10mm. Fabricado em cobre eletrolítico com acabamento estanhado, com isolamento em PVC rígido. Classe de tensão: 750V.
12	1	CAIXA DE PASSAGEM PLÁSTICA DE SOBREPOR 240 X 190 X 90MM IP54	20	UN	Caixa de passagem confeccionada em material termoplástico com 240mm de altura, 190mm de largura e 90mm de profundidade (dimensões mínimas aceitáveis, tolerando-se desvios de até +15%). Método de fixação da tampa por meio de parafusos. Deverá apresentar saliências laterais (embutes). Índice de Proteção mínimo IP54. Referência comercial: Cemar Legrand 914025, Scame 685.008 ou outro fabricante que possua modelo equivalente.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
	2	MANOPLA DE COMANDO COM 2 POSIÇÕES E 2NA	10	UN	Comutador - manopla de comando para painel elétrico com duas posições (fixo e ângulo de seletor 90°) e dois contatos normalmente abertos (NA) para furação de 22mm. Especificação: Tensão Nominal 220 Vca; Índice de Proteção mínimo IP66 de acordo com IEC/EN 60529; Grau de Proteção mínimo dos Terminais IP2X de acordo com IEC/EN 60529; Corrente Térmica Convencional Ith = 10A (IEC 60947-5-1); Faixa de Temperatura de Emprego -5° a 50°C. Referência comercial: Siemens 3SU1, Schneider Electric XB5, WEG CSW ou outro fabricante que possua modelo equivalente.
	3	MANOPLA DE COMANDO COM 3 POSIÇÕES E 2NA	10	UN	Comutador - manopla de comando para painel elétrico com 3 posições (fixo, centro neutro e ângulo de seletor 45°) e dois contatos normalmente abertos (NA) para furação de 22mm. Especificação: Tensão Nominal 220 Vca; Índice de Proteção mínimo IP66 de acordo com IEC/EN 60529; Grau de Proteção mínimo dos Terminais IP2X de acordo com IEC/EN 60529; Corrente Térmica Convencional Ith = 10A (IEC 60947-5-1); Faixa de Temperatura de Emprego -5° a 50°C. Referência comercial: Siemens 3SU1, Schneider Electric XB5, WEG CSW ou outro fabricante que possua modelo equivalente.
	4	PRENSA CABO DE NYLON COM ROSCA GÁS 3/4 POL.	20	UN	Pressa cabo industrial em Poliamida (Nylon 6 ou 6.6) rosca gás (BSP) 3/4" para fixação. Grau de proteção IP68 (IEC/EN 60529). Deve possuir resistência de tração e proteção contra desaperto involuntário da porca devido a vibrações. Temperatura de operação: -10° a 50°C. Normas: NBR IEC 62444 ou DIN46320/EN50262. Referência comercial: Cemar Legrand 709006, Strahl 0753 ou outro fabricante que possua modelo equivalente.
	5	PRENSA CABO DE NYLON COM ROSCA GÁS 1 POL.	20	UN	Pressa cabo industrial em Poliamida (Nylon 6 ou 6.6) rosca gás (BSP) 1" para fixação. Grau de proteção IP68 (IEC/EN 60529). Deve possuir resistência de tração e proteção contra desaperto involuntário da porca devido a vibrações. Temperatura de operação: -10° a 50°C. Normas: NBR IEC 62444 ou DIN46320/EN50262. Referência comercial: Cemar Legrand 709007, Strahl 0754 ou outro fabricante que possua modelo equivalente.
	6	QUADRO DE COMANDO METÁLICO TAMANHO 400X300X200MM	3	UN	Dimensões externas do painel: 400mm de altura X 300mm de largura X 200mm de profundidade; Dimensões mínimas da placa de montagem do painel: 330mm de altura X 220mm de largura; Fornecido preferencialmente com flange inferior; Espessura mínima da caixa e porta: 1,2mm; Espessura mínima da placa de montagem: 1,2mm. Modo de fixação: em parede, através da parte traseira de forma apropriada ao peso total montado, por parafusos; Grau de Proteção mínimo: IP54 (instalação ao tempo); Placa de Montagem: confeccionada em aço removível; painel deve apresentar tratamento anticorrosivo. Quadro, Flange e Porta: Pintura Eletrostática a pó na cor Bege (RAL 7032) ou Cinza (RAL7032 ou RAL7035). Placa de Montagem: Pintura Eletrostática a pó na cor Laranja (RAL2003 ou RAL 2004 ou Munsell 2,5 YR 6/14). Norma NBR IEC 62208.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
	7	QUADRO DE COMANDO METÁLICO TAMANHO 600X500X250MM	4	UN	Dimensões externas do painel: 600mm de altura X 500mm de largura X 250mm de profundidade; Dimensões da placa de montagem do painel: 520mm de altura X 420mm de largura (medidas com tolerância de +/-5%); Fornecida com flange inferior com medidas mínimas de 230mm de largura por 80mm de profundidade (medidas com tolerância de +/-5%); Espessura mínima da caixa e porta: 1,2mm; Espessura mínima da placa de montagem: 1,5mm. Modo de fixação: em parede, através da parte traseira de forma apropriada ao peso total montado, por parafusos; Grau de Proteção mínimo: IP54 (instalação ao tempo); Placa de Montagem: confeccionada em aço removível; painel deve apresentar tratamento anticorrosivo. Quadro, Flange e Porta: Pintura Eletrostática a pó na cor Bege (RAL 7032) ou Cinza (RAL7032 ou RAL7035). Placa de Montagem: Pintura Eletrostática a pó na cor Laranja (RAL2003 ou RAL 2004 ou Munsell 2,5 YR 6/14). Norma NBR IEC 62208.
	8	QUADRO DE COMANDO METÁLICO TAMANHO 800X600X300MM	2	UN	Dimensões externas do painel: 800mm de altura X 600mm de largura X 300mm de profundidade; Dimensões da placa de montagem do painel: 720mm de altura X 520mm de largura (medidas com tolerância de +/-5%); Fornecido com flange inferior com medidas mínimas de 400mm de largura por 80mm de profundidade (medidas com tolerância de +/-5%); Espessura mínima da caixa e porta: 1,2mm; Espessura mínima da placa de montagem: 1,9mm. Modo de fixação: em parede, através da parte traseira de forma apropriada ao peso total montado, por parafusos; Grau de Proteção mínimo: IP54 (instalação ao tempo); Placa de Montagem: confeccionada em aço removível; painel deve apresentar tratamento anticorrosivo Quadro, Flange e Porta: Pintura Eletrostática a pó na cor Bege (RAL 7032) ou Cinza (RAL 7032 ou RAL7035). Placa de Montagem: Pintura Eletrostática a pó na cor Laranja (RAL2003 ou RAL 2004 ou Munsell 2,5 YR 6/14). Norma NBR IEC 62208.
	9	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE SOBREPOR COM BARRAMENTO GERAL 100A 44 DIN	2	UN	Quadro de distribuição de sobrepor com capacidade do barramento de 100A. Fabricado em chapa de aço com pintura eletrostática a pó na cor branca ou cinza. Características: deve ser projetado para montagem com todas as marcas de disjuntores DIN existentes no mercado; deve possibilitar a instalação de dispositivos de proteção junto ao disjuntor geral conforme a norma NBR 5410; Grau de Proteção IP 40. Especificações: capacidade de instalação de 44 módulos DIN; dimensões: 334mm(largura), 649mm(altura), 100mm(profundidade); deverá ser fornecido com barramentos de F + N + T (geral), barramento de neutro e terra, trilhos DIN, etiquetas para identificação de circuitos e palheta plástica DIN. Também deverá ser fornecido espelho de acabamento dos disjuntores e placa de montagem dos disjuntores. Referência comercial: Cemar Legrand 904334 ou outro fabricante que possua modelo equivalente.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
	10	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE SOBREPOR PARA 24 MÓDULOS DIN COM BARRAMENTO NEUTRO E TERRA	2	UN	Quadro de distribuição elétrica em baixa tensão projetado para permitir montagem em trilho DIN 35x7,5mm de todas as marcas de módulo-dispositivo DIN (largura 18mm) existentes no mercado, demais especificações: Corrente nominal de regime contínuo (In): 125A; Tensão nominal: 400V; Corrente nominal de curto-circuito (Icc): 10kA; Isolação: maior igual a 500Vac; Tensão suportável nominal de impulso: 4kV; Acesso frontal protegido por 2 tampas articuladas: 2 fileiras de 12 módulos DIN; Índice de Proteção maior igual a IP 31; Resistência mecânica: IK-05; Temperatura máxima de operação: maior ou igual a 40°C; Cor: branca ou cinza; Barramento neutro e terra com capacidade mínima de conexão de 9N + 9T com condutor maior igual a 10mm ² ; Fornecimento de 10 obturadores de espaço vago módulo DIN (tampa cega para fileira). Certificação geral do quadro: ABNT NBR IEC 60439-3 ou NBR IEC 61439-3. Referência comercial: WEG QDW02-24-FS, QDW02-24-BS ou outro fabricante que possua modelo equivalente.
13	1	FILTRO DE LINHA PARA 5 TOMADAS	50	UN	Filtro de linha para cinco tomadas (padrão NBR 14136) espaçadas para uso simultâneo com adaptadores. Tensão nominal: 127V/220V; Corrente nominal: 10A; Potência máxima: 1270W (127V) e 2200W (220V); Chave liga/desliga embutida com indicador luminoso de funcionamento; Cabo de força tripolar comprimento mínimo de 1m, certificado pelo INMETRO, com plugue no padrão NBR 14136; Filtro de linha contra interferências EMI/RFI incorporado; Com dispositivo de desconexão térmica em caso de sobreaquecimento que dispensa a utilização de fusível; Com Dispositivo de Proteção contra Surtos (DPS) classe III (IEC 61643-11); Gabinete em material com características de não propagação e autoextinção de fogo. Normas: IEC 61643-11, NBR 14136 e NBR 16008. Referência comercial: Clamper iCLAMPER Energia 5 ou outro fabricante que possua modelo equivalente.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
14	1	BATERIA ESTACIONÁRIA 12V 50AH CHUMBO-ÁCIDO	10	UN	Bateria estacionária de chumbo-ácido 12V 50Ah p/ 100h (Capacidade em Ah @25°C). Aplicações: Iluminação de emergência; nobreak. Aspectos construtivos: Tampa selada com sistema de labirinto, com grande superfície interna; Filtro anti-chamas ou pastilha em material poroso que permite o escape de gases para fora da bateria e impede a penetração de chamas para o interior da bateria; Grade com liga de Chumbo- Cálcio-Prata desenvolvida para ter alta resistência à corrosão e mínima perda de água da bateria durante a sua vida útil; Eletrólito Fluido; Separadores de polietileno, em forma de envelope, com alta resistência mecânica; Caixa e tampa de polipropileno de alta resistência a impactos, com tampas seladas por fusão do material, sem possibilidade de apresentar vazamentos; Indicador de teste que permite imediata visualização das condições da bateria para teste, orientando seu diagnóstico; Terminal tipo "L", de chumbo. Garantia: maior ou igual a 2 anos. Normas: NBR14199, NBR14198 e NBR14197. Certificações: ISO9002, ISO14000 e Homologação pela ANATEL. Data de fabricação inferior a 6 meses. Referência comercial: Freedom DF700 ou outro fabricante que possua modelo equivalente.
	2	BATERIA ESTACIONÁRIA 12V 7AH CHUMBO-ÁCIDO VRLA	15	UN	Bateria estacionária de chumbo-ácido, com tecnologia VRLA (Valve Regulated Lead Acid), regulada por válvula, livre de manutenção, com eletrólito absorvido por separadores em lâ de vidro AGM (Absorbent Glass Mat). Especificações: 12V, 7Ah (C20 – Capacidade nominal p/ 20h). Terminal: Faston F250 (F2). Dimensões: comprimento 151mm, largura 66mm e altura 99mm, com tolerância de ±5%. Peso máximo: 2,5kg. Normas: NBR14204 e NBR14205. Data de fabricação inferior a 6 meses.
15	1	MÓDULO DE INTERRUPTOR SIMPLES	50	UN	Módulo de Interruptor Simples 10A/250V. Modo de fixação por encaixe. Mecanismo produzido em material termoplástico com componentes condutores em liga de cobre. Cor: semelhante ao padrão adotado pelo fabricante para o conjunto placa-módulo; Certificação: NBR NM 60669-1 ou IEC 60669. Módulo deve ser completamente compatível sob o aspecto dimensional e elétrico com as placas 4x2 e os suportes a serem fornecidos neste lote.
	2	MÓDULO DE TOMADA 2P + T 10A	300	UN	Módulo de Tomada Simples 2P + T 10A/250V. Modo de fixação por encaixe. Mecanismo produzido em material termoplástico com componentes condutores em liga de cobre. Cor: semelhante ao padrão adotado pelo fabricante para o conjunto placa-módulo; Certificação: NBR 14136 e NBR NM 60884-1. Módulo deve ser completamente compatível sob o aspecto dimensional e elétrico com as placas 4x2 e os suportes a serem fornecidos neste lote.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
	3	MÓDULO DE TOMADA 2P + T 20A	100	UN	Módulo de Tomada Simples 2P + T 20A/250V. Modo de fixação por encaixe. Mecanismo produzido em material termoplástico com componentes condutores em liga de cobre. Cor: semelhante ao padrão adotado pelo fabricante para o conjunto placa-módulo; Certificação: NBR 14136 e NBR NM 60884-1. Módulo deve ser completamente compatível sob o aspecto dimensional e elétrico com as placas 4x2 e os suportes a serem fornecidos neste lote.
	4	PLACA 4X2 PARA 1 MÓDULO	50	UN	Tamanho: 4x2 para comportar 1 módulo na posição horizontal; Material: termoplástico; Cor: semelhante ao padrão adotado pelo fabricante, pois será utilizado em conjunto: placa, módulo e suporte; Placa deve ser completamente compatível sob o aspecto dimensional e elétrico com os suportes e os módulos integrantes deste lote, com aplicação para condutores para tomadas e interruptores embutidos em alvenaria.
	5	PLACA 4X2 PARA 2 MÓDULOS AFASTADOS	100	UN	Tamanho: 4x2 para comportar 2 módulos afastados na posição horizontal; Material: termoplástico; Cor: semelhante ao padrão adotado pelo fabricante, pois será utilizado em conjunto: placa, módulo e suporte; Placa deve ser completamente compatível sob o aspecto dimensional e elétrico com os suportes e os módulos integrantes deste lote, com aplicação para condutores para tomadas e interruptores embutidos em alvenaria.
	6	PLACA 4X2 PARA 3 MÓDULOS	50	UN	Tamanho: 4x2 para comportar 3 módulos na posição horizontal; Material: termoplástico; Cor: semelhante ao padrão adotado pelo fabricante, pois será utilizado em conjunto: placa, módulo e suporte; Placa deve ser completamente compatível sob o aspecto dimensional e elétrico com os suportes e os módulos integrantes deste lote, com aplicação para condutores para tomadas e interruptores embutidos em alvenaria.
	7	SUORTE PARA PLACA 4X2 PARA 3 MÓDULOS	200	UN	Tamanho: 4x2 para comportar até 3 módulos na posição horizontal; Material: termoplástico; Cor: semelhante ao padrão adotado pelo fabricante, pois será utilizado em conjunto: placa, módulo e suporte; Deve ser fornecido com parafusos de fixação auto-atarraxantes; Com regulagem que possibilita corrigir o alinhamento do conjunto na parede; Suporte deve ser completamente compatível sob o aspecto dimensional e elétrico com as placas e os módulos integrantes deste lote, com aplicação para condutores para tomadas e interruptores embutidos em alvenaria.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
16	1	ELETRO BOIA CABO 5 METROS	20	UN	Regulador de Nível (chave elétrica tipo boia pêndulo/pera) para controle de nível de reservatórios e poços. Especificações: carcaça em polipropileno (atóxico) com grau de proteção IP68; diferencial ajustável: ajuste do ponto de atuação feito por meio de contrapeso que deve acompanhar a boia, podendo estar localizado em qualquer posição ao longo do cabo; ângulo de comutação: +/- 45°. Sinal de saída: Micro chave SPDT. Capacidade de contato: 10A / 250Vca (resistiva) e 4A / 250Vca (indutiva); Cabo elétrico: 3X 1,0 mm ² / 5 metros (mínimo). Aplicações: água tratada, efluentes e esgotos. Equipamento deve ser totalmente livre de mercúrio. Referência comercial: Essa especificação é atendida pelo modelo Série 141-PP-05 da fabricante Nivetec, pelo modelo CHT-CNP da fabricante Contech, pelo modelo RSA-CNB-05P1 da fabricante RSA ou equivalente.
	2	ELETRO BOIA CABO 15 METROS	20	UN	Regulador de Nível (chave elétrica tipo boia pêndulo/pera) para controle de nível de reservatórios e poços. Especificações: carcaça em polipropileno (atóxico) com grau de proteção IP68; diferencial ajustável: ajuste do ponto de atuação feito por meio de contrapeso que deve acompanhar a boia, podendo estar localizado em qualquer posição ao longo do cabo; ângulo de comutação: +/- 45°. Sinal de saída: Micro chave SPDT. Capacidade de contato: 10A / 250Vca (resistiva) e 4A / 250Vca (indutiva); Cabo elétrico: 3X 1,0 mm ² / 15 metros (mínimo). Aplicações: água tratada, efluentes e esgotos. Equipamento deve ser totalmente livre de mercúrio. Referência comercial: Essa especificação é atendida pelo modelo Série 141-PP-15 da fabricante Nivetec, pelo modelo CHT-CNP da fabricante Contech, pelo modelo RSA-CNB-15P1 da fabricante RSA ou equivalente.

2.3. TRANSPORTE DO PRODUTO

2.3.1. **CARGA, TRANSPORTE E DESCARGA:** A entrega estará livre de quaisquer ônus, acessórios, acréscimos e/ou custos adicionais, devendo estar inclusos nos preços unitários e totais propostos todos os custos de frete, carga, transporte e descarga, seguros, imposto sobre produtos industrializados, impostos de circulação de mercadorias, e outros encargos semelhantes, todos de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

2.3.2. Caso o objeto sofra algum tipo de sinistro (acidente) durante a carga, transporte e/ou descarga, a **CONTRATADA** deverá se responsabilizar pelos danos causados, e substituir, sem ônus para a **COMUSA**, o produto defeituoso.

a) **LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:** Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado da **COMUSA**, localizado na Rua Rio Iguazu, n.º 275, Bairro Liberdade, na cidade de Novo Hamburgo/RS, de segunda à sexta-feira, no horário compreendido das 9h00min às 11h30min e 13h30min às 16h30min. Nos meses de dezembro a fevereiro, a **COMUSA** terá horário diferenciado nas segundas e sextas-feiras, sendo nas segundas das 12h às 18h e nas sextas das 08h às 14h.

2.4. **EM CASO DE NÃO CONFORMIDADE:** Os produtos deverão atender às especificações acima requeridas. Em caso de desconformidade com as especificações, os produtos deverão

ser imediatamente substituídos, conforme o prazo definido pela equipe técnica da COMUSA.

2.5. SUBCONTRATAÇÃO: Será vedada a subcontratação do objeto deste Termo de Referência.

2.6. CONSÓRCIO

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, a fim de que seja assegurada a ampliação da disputa entre os concorrentes, tendo em vista que os produtos solicitados podem ser entregues por empresas não consorciadas, conforme pesquisa de mercado.

2.7. PRAZOS DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E DE ENTREGA E PRORROGAÇÃO

2.7.1. O prazo de vigência contratual é de 4 (quatro) meses, contados da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

a) Em caso de assinatura digital, a vigência contratual iniciará na data de aposição da última assinatura.

b) A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

2.7.2. **O prazo para a entrega do objeto fica estabelecido em 2 (dois) meses, contados a partir da data do recebimento do empenho.**

a) O não cumprimento dos prazos previstos para entrega dos produtos, total ou parcialmente, será enquadrado nos termos da Cláusula de penalidades constante no Edital e/ou Contrato.

b) Os prazos de recebimento provisório e definitivo não estão incluídos no prazo total estabelecido para a entrega do objeto.

c) Os prazos de vigência do Contrato e de entrega serão automaticamente prorrogados, independentemente de termo aditivo contratual, quando o objeto não for concluído no período fixado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas no Edital e no Contrato, nos termos e condições do art. 111 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

d) O registro da prorrogação deverá ser formalizado por simples apostila assinada pelo Gestor do Contrato, pelo Diretor-Técnico e pelo Diretor-Geral, podendo ser posterior à prorrogação automática.

2.8. OBRIGAÇÕES

2.8.1. Da CONTRATADA:

a) Cumprir rigorosamente tudo o que dispõe o Contrato e o Termo de Referência, de modo a cumprir os prazos e preços previstos na sua proposta;

b) Responsabilizar-se por danos diretos, mediatos ou imediatos, extravios ou prejuízos causados à COMUSA;

c) Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e pessoais causados por seus prepostos e/ou empregados, dolosa ou culposamente, aos bens da COMUSA e de terceiros.

d) Entregar o objeto descrito neste Termo de Referência e responsabilizar-se integralmente pelos fornecimentos, nos termos da legislação vigente;

e) Cumprir todas as obrigações legais e fiscais;

f) Sanar imediatamente quaisquer irregularidades ou defeitos verificados pelo Gestor do Contrato da COMUSA;

g) Prestar as informações ou disponibilizar documentos solicitados pela COMUSA dentro dos prazos estipulados;

h) Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Relatar à COMUSA, por escrito, toda e qualquer irregularidade observada durante os

fornecimentos;

j) Manter a discricção sobre todo e qualquer assunto de interesse da COMUSA ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

2.8.2. Da COMUSA:

a) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com este Termo de Referência, as cláusulas contratuais e sua proposta;

b) Orientar quanto ao funcionamento da estrutura organizacional do órgão e normas internas vigentes;

c) Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

d) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições pactuadas no contrato;

e) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, que consiste na verificação da conformidade do fornecimento e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, na forma da Lei Federal n.º 14.133/2021 e do art. 12 do Decreto Municipal n.º 10.652/2023;

f) Não obstante a CONTRATADA seja a única responsável pelo fornecimento de todos os itens contratados, a COMUSA reserva-se o direito de, sem que qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os fornecimentos, diretamente por fiscal designado, podendo para isso:

I - Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição, do objeto que não estiver de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência;

II - Fiscalizar integralmente a execução do contrato pela CONTRATADA, especialmente no que se refere ao cumprimento das obrigações fiscais;

g) A COMUSA poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto, se em desacordo com o contrato;

h) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

i) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

I - Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a COMUSA;

j) Aplicar penalidades à CONTRATADA previstas na lei e no Contrato, quando for o caso;

k) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

l) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

I - A COMUSA terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

m) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo de 30 (trinta) dias.

3 - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO DA LICITANTE

Na fase de habilitação, deverão ser apresentados os documentos listados nos subitens seguintes, com base no que dispõe o art. 62 da Lei Federal n.º 14.133/2021. A não apresentação dos documentos elencados e exigidos neste TR acarretará, automaticamente, na inabilitação da empresa licitante.

a) Os documentos referentes à habilitação da licitante deverão estar válidos no dia de

abertura da sessão pública.

b) Fica dispensada a apresentação dos documentos elencados pelos subitens 3.1.1, 3.2, 3.3.1 e 3.3.2, mediante apresentação do competente Certificado de Registro Cadastral Unificado, atualizado e com todos os prazos de validade dos documentos e certidões exigidos em pleno vigor;

c) É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Certificado de Registro Cadastral Unificado para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação dos documentos de habilitação, a respectiva documentação atualizada.

d) Para licitantes que possuem filiais os documentos apresentados deverão ser do CNPJ cadastrado no site, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para a matriz e todas as filiais.

e) As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que se beneficiarem do regime diferenciado e favorecido concedido pela Lei Complementar n.º 123/2006 e na Lei Municipal n.º 2.020/2009, por ocasião da participação neste certame licitatório, **deverão apresentar toda a documentação exigida para habilitação, inclusive para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

e.1) A Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

e.2) O prazo de que trata a alínea anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da COMUSA, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

e.3) A não regularização da documentação, no prazo fixado na alínea “e.1”, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital, sendo facultado à COMUSA convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

e.4) Caso o valor estimado do lote da disputa for superior à receita bruta máxima de empresa de pequeno porte (R\$4.800.000,00 – quatro milhões e oitocentos mil reais), o benefício não será aplicado, conforme art. 4º, §1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

3.1.1. Inscrição, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, sendo:

a) No caso em empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) No caso de microempreendedor individual: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

c) No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de ser participante sucursal, filial ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz;

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

3.1.2. Os documentos supra deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

3.1.3. **Nos casos de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte:** além do ato constitutivo na forma das alíneas anteriores, deverá apresentar Certidão de Enquadramento de ME ou EPP, expedida pela Junta Comercial, Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, onde a empresa está sediada, atualizada, ou seja, **com data não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para o início da Sessão Pública.**

a) No caso de Microempreendedor Individual: o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI comprovará o enquadramento como Microempresa, não sendo exigido o documento descrito no subitem 3.1.3.

b) A proponente que estiver participando no(s) item(ns) com AMPLA PARTICIPAÇÃO e que deixar de comprovar a sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, através do documento relacionado no subitem 3.1.3 ou na alínea “a” supra, permanecerá no certame, mas não fará jus aos benefícios previstos na Lei Complementar n.º 123/2006 e na Lei Municipal n.º 2.020/2009.

c) A comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte somente será exigida das empresas que disputarem lote com a possibilidade de aplicação dos benefícios previstos na Lei Complementar n.º 123/2006 e na Lei Municipal n.º 2.020/2009, considerando o art. 4º, §1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

3.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, que poderá ser extraída pelo site www.gov.br/receitafederal/pt-br;

c) Certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que poderá ser extraída pelo site www.caixa.gov.br;

d) Certidão que prove a regularidade relativa aos débitos trabalhistas, que poderá ser expedida pelo site www.tst.jus.br;

e) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, da jurisdição fiscal da empresa licitante, na forma da lei;

f) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, da jurisdição fiscal da empresa licitante, na forma da lei;

f.1) Havendo no Município Certidões Negativas de Débito Mobiliário e Imobiliário, a licitante deverá apresentar ambas. No caso de não possuir Certidão Imobiliária, a licitante deverá apresentar comprovante do órgão municipal de que não possui imóvel no local.

3.2.1. Toda certidão que não conter prazo de validade estipulado em seu corpo, será considerada como válida por 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão.

3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.3.1. Certidão Negativa de Insolvência Civil expedida pelo distribuidor ou sede da licitante, caso se trate de sociedade simples, com data não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

3.3.2. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor ou vara especializada da Comarca da sede da licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

4 - GARANTIA CONTRATUAL

4.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, consoante

dispõe a Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo, **12 (doze) meses, ressalvados os prazos maiores definidos nas especificações dos objetos, sendo todos contados do recebimento definitivo dos objetos pela COMUSA**, durante o qual subsistirá sua responsabilidade:

- a) Pela solidez, segurança e quantidade do objeto contratado;
- b) Pela eleição e emprego dos insumos e/ou matérias-primas utilizadas;
- c) Pelos danos pessoais e materiais causados à **COMUSA** e aos seus servidores, bem assim a terceiros em geral, por empregados ou prepostos da **CONTRATADA**, verificados durante a vigência da contratação, ou dela decorrentes;
- d) Pelo pagamento de todas as quantias devidas e/ou decorrentes de mão de obra, materiais, tributos, serviços de terceiros, obrigações trabalhistas e previdenciárias, deslocamentos, transporte e descarga, alimentação, instalações, equipamentos, seguros, licenças, dentre outros, pertinentes à execução do objeto contratado;
- e) Pelos defeitos e imperfeições verificados nos bens fornecidos, total e/ou parcialmente, não relacionados com a segurança e solidez do objeto contratado;
- f) Pelos danos causados por fato do produto ou vício oculto, a contar da verificação do dano.

4.2. A garantia implica em imediata substituição do bem que não atender às especificações exigidas, sem qualquer ônus para a **COMUSA**, bem assim imediato ressarcimento de todo e qualquer dano causado à **COMUSA** e/ou aos seus servidores.

4.3. O prazo para reparação dos defeitos, danos, riscos, imperfeições e/ou substituições, será definido pela Equipe Técnica da COMUSA, considerando a gravidade, complexidade e potencialidade de risco dos prejuízos ocorridos.

4.4. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5 - PAGAMENTO

5.1. **PREÇOS:** Os preços apresentados na proposta deverão estar expressos em reais (R\$) e serão finais, incluídos todos os encargos a ele inerentes.

5.1.1. Os preços apresentados na Proposta são finais, não sendo admitidos quaisquer acréscimos ou acessórios, estando incluídos nos mesmos os respectivos insumos, tributos, contribuições, e demais despesas, custos e encargos, diretos ou indiretos, bem assim todas as despesas e custos com testes de qualidade, carga, transporte e descarga, seguros, como também os lucros da **CONTRATADA**.

5.1.2. Todos os encargos, impostos, contribuições previdenciárias e demais obrigações fiscais e parafiscais decorrentes da contratação serão de responsabilidade da **CONTRATADA**, e demais tributos que incidam ou venham a incidir sobre o produto fornecido ou em decorrência dele.

5.1.3. As despesas, diretas ou indiretas, inerentes à execução do objeto e/ou decorrentes da presente contratação, correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.

5.1.4. **REAJUSTE:** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado da COMUSA, em 26/11/2024.

a) Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido da **CONTRATADA**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela COMUSA, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

b) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

c) No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a COMUSA pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

d) Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente,

o(s) definitivo(s).

e) Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

f) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

g) O reajuste será realizado por apostilamento.

5.2. PRAZO DE RECEBIMENTO: A Fiscalização da COMUSA procederá a conferência dos bens, verificando a conformidade com as especificações técnicas, quantidades, tudo em conformidade com este Termo de Referência. O objeto será recebido:

a) Provisoriamente, em até 10 (dez) dias da comunicação escrita da CONTRATADA de término da entrega, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) Definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 20 (vinte) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO: Em até 15 (quinze) dias, após o recebimento definitivo dos produtos e da nota fiscal pelo Gestor da COMUSA.

5.3.1. Entregar juntamente com a Nota Fiscal os seguintes documentos, com validade mínima de 15 (quinze) dias:

a) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

b) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;

c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

5.3.2. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados ou sem a existência do atesto do servidor da COMUSA e da aprovação do respectivo superior hierárquico.

5.3.3. À CONTRATADA fica vedado negociar, ou efetuar a cobrança ou desconto de duplicatas ou outros títulos cambiariformes emitidos, através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobranças em carteira simples, qual seja, diretamente na COMUSA.

5.3.4. No caso do objeto entregue estar em desacordo com as especificações técnicas ou demais exigências fixadas no Edital de Licitação e no Contrato, a COMUSA fica desde já autorizada a reter o pagamento em sua integralidade até que sejam processadas as alterações e substituições determinadas, aplicando-se à CONTRATADA as multas previstas no contrato.

5.3.5. Durante o período de retenção, não correrão juros ou atualizações monetárias de qualquer natureza, sem prejuízo de outras penalidades previstas no Edital e/ou no Contrato.

5.3.6. A CONTRATADA suportará o ônus decorrente do atraso, caso as Notas Fiscais contenham vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento.

5.3.7. Ocorrendo atraso superior a 10 (dez) dias no pagamento, o débito será pago com o acréscimo de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 1% (um por cento) de juros ao mês, a título de compensação financeira.

5.4. IMPOSTOS: Todos os impostos, despesas e encargos incidentes sobre o produto deverão estar inclusos no preço final do mesmo.

5.4.1. Na elaboração da proposta, a empresa fornecedora deverá considerar que a COMUSA não é contribuinte do ICMS, devendo ser tributada dessa forma.

5.5. **NOTAS FISCAIS:** As notas fiscais serão liberadas para pagamento somente quando acompanhadas do atesto do servidor da COMUSA e aprovação do respectivo superior hierárquico.

5.5.1. Conforme **Protocolo ICMS 85/2010**, que diz respeito à obrigatoriedade do fornecimento pela empresa **CONTRATADA** de **Nota Fiscal Eletrônica – NF-e** – em todas as compras realizadas pelos municípios, o **FORNECEDOR** deverá enviar para os e-mails nfe@comusa.rs.gov.br, dgarcia@comusa.rs.gov.br, mkutscher@comusa.rs.gov.br e nreis@comusa.rs.gov.br a **NF-e** referente a cada compra de material realizada pela Autarquia **COMUSA**.

5.5.2. Todas as notas fiscais emitidas a partir de 10/10/2022 deverão atender o Decreto Municipal nº 10.398/2022. Os valores das retenções de Imposto de Renda ou os casos de ISENÇÃO devem constar na Nota Fiscal (corpo da NF ou no campo observações).

6 - PENALIDADES

Pelo inadimplemento das obrigações, as LICITANTES ou as CONTRATADAS, conforme a infração, estarão sujeitas às penalidades previstas no Edital.

7 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre a COMUSA e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. A COMUSA poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a COMUSA poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

7.7. O Fiscal do Contrato acompanhará a execução física do contrato, sendo o responsável direto pelas anotações das ocorrências em registro próprio, verificando se a execução do objeto do contrato ocorre conforme a especificação predeterminada, e especialmente:

- a) Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- b) Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução do contrato;
- c) Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, a conferência dos produtos entregues de acordo com as especificações do termo de referência e da proposta aprovada;
- d) Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens;
- e) Conferir e certificar as notas fiscais relativas às aquisições;
- f) Receber designação e manter contato com o preposto da CONTRATADA, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens;

- g) Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- h) Verificar a correta aplicação dos materiais;
- i) Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução dos bens a serem adquiridos;
- j) Realizar o recebimento do objeto contratado, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133/2021, quando for o caso;
- k) Propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
- l) Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da CONTRATADA, quando couber;
- m) Auxiliar o Gestor nas avaliações do desempenho da CONTRATADA na execução do objeto;
- n) Outras atividades compatíveis com a função.

7.8. O Gestor de Contratos será responsável por gerenciar as relações firmadas com a CONTRATADA analisando dados, informações e pareceres técnicos dos fiscais quanto a execução do objeto, a avaliação da qualidade dos resultados obtidos, bem como informações atualizadas que viabilizem a tomada de decisão relacionada à manutenção, ou não, das condições contratuais, zelando para que a execução ocorra de forma mais econômica e que atenda às necessidades de planejamento da Administração Municipal, e especialmente:

- a) Analisar a documentação que antecede o pagamento;
- b) Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato;
- c) Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do Contrato;
- d) Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- e) Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- f) Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens;
- g) Preencher a avaliação de desempenho contratual da CONTRATADA;
- h) Outras atividades compatíveis com a função.

7.9. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da COMUSA ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

7.10. **GESTORA:** A COMUSA designa como Gestora da compra a servidora **Nelza Nair dos Reis**, Coordenadora de Manutenção, matrícula n.º 1097.

7.11. **FISCAIS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS:** A COMUSA designa como Fiscais Técnicos e Administrativos da compra os servidores **Diego Ferreira Garcia**, Engenheiro Eletricista, matrícula n.º 1188 e **Márcio Martinez Kutscher**, Engenheiro Eletricista, matrícula n.º 235.

8 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros correrão à(s) conta(s) dos créditos abaixo discriminados:

Código Reduzido:	50
Órgão:	23 - COMUSA - Serviços Água e Esgoto de Novo Hamburgo
Unidade:	4 - Área Operacional
Ação:	2292 - Produção, Operação e Manutenção do SAA
Vínculo:	5010400 - Autarquias e Fundações - Exercício
Subelemento:	33390302403000000000 - Material p/ Manutenção de Bens Imóveis/ Instalações

Código Reduzido:	50
Órgão:	23 - COMUSA - Serviços Água e Esgoto de Novo Hamburgo
Unidade:	4 - Área Operacional
Ação:	2292 - Produção, Operação e Manutenção do SAA
Vínculo:	5010400 - Autarquias e Fundações - Exercício
Subelemento:	33390302600000000000 - Material elétrico e eletrônico

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 36/2024 – COMUSA
PROPOSTA COMERCIAL

PROPOSTA

Pregão Eletrônico n.º 36/2024 – COMUSA

DADOS DO FORNECEDOR:

Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço:	
Cidade:	Estado:
Telefone:	Fax:
E-mail:	
Pessoa para contato:	
Telefone da pessoa para contato:	
Responsável(eis) para firmar contrato:	

1 – OBJETO

Contratação de empresa para aquisição de materiais elétricos diversos, para a COMUSA – Serviços de Água e Esgoto de Novo Hamburgo, conforme especificações técnicas contidas no ANEXO I – Termo de Referência, o qual é parte integrante do edital.

2 – PROPOSTA

2.1. A Proposta deverá ser apresentada em conformidade com o especificado na planilha abaixo. O preenchimento do presente ANEXO acarretará a conformidade da proposta da licitante com todas as características do objeto e exigências constantes no ANEXO I do Edital.

2.2. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no Edital e nos seus Anexos, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

2.3. A validade da proposta é de, no mínimo, **60 (sessenta) dias** da data da sessão pública de abertura da licitação.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1	ABRAÇADEIRA DE NYLON (100 X 2,5 X 1,0MM)	1000	UN			
	2	ABRAÇADEIRA DE NYLON (150 X 3,6 X 1,1MM)	1000	UN			
	3	ABRAÇADEIRA DE NYLON (200 X 4,6 X 1,3MM)	1000	UN			
	4	ABRAÇADEIRA DE NYLON (390 X 7,8 X 1,8MM)	1000	UN			

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	5	FITA ISOLANTE DE PVC ANTICHAMA P/ BAIXA TENSÃO PRETA	200	UN			
	6	PLAFON COM SOQUETE E-27 EM PORCELANA	100	UN			
	7	PLUGUE FÊMEA 2P + T 10A	50	UN			
	8	PLUGUE MACHO 2P + T 10A	50	UN			
	9	PLUGUE MACHO 2P + T 20A	50	UN			
	10	SOQUETE BASE E-27 PORCELANA P/ FIXAÇÃO EM TETO	30	UN			
	11	TUBO ESPIRAL 1/2 POL.	100	M			
	12	TUBO ESPIRAL 3/4 POL.	100	M			
TOTAL LOTE 1 (R\$)							
2	1	CHUVEIRO ELÉTRICO 6800W/220V, 4 TEMPERATURAS	15	UN			
	2	TORNEIRA ELÉTRICA 5500W/220V, 3 TEMPERATURAS, INSTALAÇÃO EM PAREDE, BICA ALTA MÓVEL COM AREJADOR ARTICULÁVEL	8	UN			
TOTAL LOTE 2 (R\$)							
3	1	CABO FLEXÍVEL 1 X 25MM ² PRETO - 0,6/1kV	100	M			
	2	CABO SEMI-RÍGIDO 1 X 50MM ² PRETO - 0,6/1kV	200	M			
TOTAL LOTE 3 (R\$)							

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
4	1	ARMAÇÃO SECUNDÁRIA DE UM ESTRIBO PARA POSTE DE CONCRETO	15	UN			
	2	ARRUELA QUADRADA 38MM X 38MM	15	UN			
	3	GRAMPO SIMPLES P/ HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 POL.	30	UN			
	4	HASTE DE ATERRAMENTO EM COBRE 2,4M X 5/8 POL.	30	UN			
	5	ISOLADOR ROLDANA DE 1 LEITO	15	UN			
	6	PARAFUSO MÁQUINA 16MM X 300MM COM PORCA QUADRADA	15	UN			
TOTAL LOTE 4 (R\$)							
5	1	CONJUNTO TERMOPLÁSTICO DE VENTILAÇÃO PARA PAINEL COM VENTILADOR	20	UN			
	2	MICROVENTILADOR DE PAINEL TAMANHO (120 X 120 X 39MM) 220V	10	UN			
	3	MICROVENTILADOR DE PAINEL TAMANHO (185 X 185 X 102MM) 220V	5	UN			
	4	MICROVENTILADOR DE PAINEL TAMANHO (256 X 265 X 85MM) 220V	15	UN			
TOTAL LOTE 5 (R\$)							

6	1	ABRAÇADEIRA GALVANIZADA 3/4 POL. COM CHAVETA TIPO D	200	UN			
	2	ABRAÇADEIRA GALVANIZADA 1 POL. COM CHAVETA TIPO D	200	UN			
	3	CANALETA PVC COM TAMPA 30 MM X 30 MM X 2000 MM	50	UN			
	4	CANALETA PVC COM TAMPA 50 MM X 50 MM X 2000 MM	20	UN			
	5	ELETRODUTO PEAD CORRUGADO 1.1/2 POL.	50	M			
	6	ELETRODUTO PEAD CORRUGADO 2 POL.	50	M			
	7	ELETRODUTO PVC CORRUGADO 3/4 POL.	300	M			
	8	ELETRODUTO PVC CORRUGADO 1 POL.	200	M			
	9	SEAL TUBO 3/4 POL.	150	M			
	10	SEAL TUBO 1 POL.	150	M			
TOTAL LOTE 6 (R\$)							

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
7	1	CONDULETE PVC 1" UNIVERSAL	100	UN			
	2	CONDULETE PVC 3/4" UNIVERSAL	100	UN			
	TOTAL LOTE 7 (R\$)						
8	1	PASSA FIO COM ALMA DE AÇO 15M	5	UN			
	2	PASSA FIO COM ALMA DE AÇO 20M	5	UN			
	TOTAL LOTE 8 (R\$)						
9	1	LUVA PVC ROSCÁVEL P/ ELETRODUTO 1 POL.	100	UN			
	2	TUBO ELETRODUTO GALVANIZADO 3M 3/4 POL.	20	UN			
	3	TUBO ELETRODUTO GALVANIZADO 3M 1 POL.	20	UN			
	4	TUBO ELETRODUTO GALVANIZADO 3M 1.1/2 POL.	10	UN			
	5	TUBO ELETRODUTO GALVANIZADO 3M 1.1/4 POL.	10	UN			
	6	TUBO ELETRODUTO GALVANIZADO 3M 2 POL.	5	UN			
	7	TUBO ELETRODUTO PVC 3M 3/4 POL.	30	UN			
	8	TUBO ELETRODUTO PVC 3M 1 POL.	30	UN			
TOTAL LOTE 9 (R\$)							
10	1	CONECTOR FENDIDO 10MM ²	100	UN			
	2	CONECTOR FENDIDO 16MM ²	100	UN			
	3	CONECTOR FENDIDO 25MM ²	100	UN			
	4	CONECTOR FENDIDO 35MM ²	100	UN			
	5	CONECTOR TIPO SINDAL 4MM ²	50	UN			
	6	CONECTOR TIPO SINDAL 6MM ²	100	UN			
TOTAL LOTE 10 (R\$)							
11	1	CONECTOR DE PORCELANA 3 X 6MM ²	30	UN			
	2	TERMINAL COMPRESSÃO 35MM ²	50	UN			
	3	TERMINAL COMPRESSÃO 50MM ²	50	UN			

	4	TERMINAL COMPRESSÃO 95MM ²	30	UN			
	5	TERMINAL COMPRESSÃO 150MM ²	30	UN			
	6	TERMINAL PINO PARA CABO ELÉTRICO 1,5MM ²	300	UN			
	7	TERMINAL PINO PARA CABO ELÉTRICO 2,5MM ²	400	UN			
	8	TERMINAL PINO PARA CABO ELÉTRICO 6MM ²	400	UN			
TOTAL LOTE 11 (R\$)							

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUAN T.	UNID.	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
12	1	CAIXA DE PASSAGEM PLÁSTICA DE SOBREPOR 240 X 190 X 90MM IP54	20	UN			
	2	MANOPLA DE COMANDO COM 2 POSIÇÕES E 2NA	10	UN			
	3	MANOPLA DE COMANDO COM 3 POSIÇÕES E 2NA	10	UN			
	4	PRENSA CABO DE NYLON COM ROSCA GÁS 3/4 POL.	20	UN			
	5	PRENSA CABO DE NYLON COM ROSCA GÁS 1 POL.	20	UN			
	6	QUADRO DE COMANDO METÁLICO TAMANHO 400X300X200MM	3	UN			
	7	QUADRO DE COMANDO METÁLICO TAMANHO 600X500X250MM	4	UN			
	8	QUADRO DE COMANDO METÁLICO TAMANHO 800X600X300MM	2	UN			
	9	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE SOBREPOR COM BARRAMENTO GERAL 100A 44 DIN	2	UN			
	10	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE SOBREPOR PARA 24 MÓDULOS DIN COM BARRAMENTO NEUTRO E TERRA	2	UN			
TOTAL LOTE 12 (R\$)							
13	1	FILTRO DE LINHA PARA 5 TOMADAS	50	UN			
TOTAL LOTE 13 (R\$)							
14	1	BATERIA ESTACIONÁRIA 12V 50AH CHUMBO-ÁCIDO	10	UN			
	2	BATERIA ESTACIONÁRIA 12V 7AH CHUMBO-ÁCIDO VRLA	15	UN			
TOTAL LOTE 14 (R\$)							
15	1	MÓDULO DE INTERRUPTOR SIMPLES	50	UN			
	2	MÓDULO DE TOMADA 2P + T 10A	300	UN			
	3	MÓDULO DE TOMADA 2P + T 20A	100	UN			
	4	PLACA 4X2 PARA 1 MÓDULO	50	UN			
	5	PLACA 4X2 PARA 2 MÓDULOS AFASTADOS	100	UN			
	6	PLACA 4X2 PARA 3 MÓDULOS	50	UN			

	7	SUPORTE PARA PLACA 4X2 PARA 3 MÓDULOS	200	UN			
							TOTAL LOTE 15 (R\$)

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
16	1	ELETRO BOIA CABO 5 METROS	20	UN			
	2	ELETRO BOIA CABO 15 METROS	20	UN			
							TOTAL LOTE 16 (R\$)
							VALOR GLOBAL (R\$)

Valor global (por extenso): _____.

Data, carimbo e assinatura da licitante _____ / _____ / _____ _____ Assinatura e carimbo

ATENÇÃO: No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conjuntamente com a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação (subitens 8.17 e 8.19 do Edital), a licitante vencedora deverá encaminhar a **Certidão de Enquadramento de ME ou EPP, expedida pela Junta Comercial, Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas**, onde a empresa está sediada, atualizada, ou seja, **com data não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para o início da Sessão Pública**. No caso de **Microempreendedor Individual**, o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI comprovará o enquadramento como Microempresa, não sendo exigida a Certidão de Enquadramento de ME ou EPP.

ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 36/2024 – COMUSA
MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO DE FORNECIMENTO

Contrato n.º xxx/2024 – Minuta

COMUSA – SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO DE NOVO HAMBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, sob a forma de Autarquia Municipal, sediada à Av. Coronel Travassos, n.º 287, Bairro Rondônia, no município de Novo Hamburgo/RS, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.509.569/0001-51, aqui representada por seu Diretor-Geral, **Márcio Lüders dos Santos**, e por seu Diretor Técnico, **Sérgio Giugno**, doravante denominada, abreviadamente, **COMUSA**, e

_____, pessoa jurídica, estabelecida à Av./Rua _____, n.º ____, Bairro _____, na cidade de _____/_____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, aqui representada por seu Diretor/Sócio-Administrador/Procurador/Titular, Sr(a). _____, adiante denominada, simplificada, **CONTRATADA**.

As partes acima qualificadas, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, têm entre si justo e acertado este Contrato para aquisição de produto, tudo em perfeita harmonia com a licitação na modalidade Pregão Eletrônico n.º 36/2024 e nos termos autorizados pela Lei Federal n.º 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal n.º 10.652/2023, conforme processo digital n.º 105217/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir elencadas:

PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto **a aquisição de materiais elétricos diversos para a COMUSA – Serviços de Água e Esgoto de Novo Hamburgo**, conforme as quantidades e as especificações técnicas contidas no ANEXO I – Termo de Referência, em estrita observância aos termos e condições do Pregão Eletrônico n.º 36/2024 realizado pela COMUSA, e a todas as especificações contidas na licitação a que se refere e seus respectivos Anexos.

SEGUNDA: DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, visando à exata caracterização do objeto contratual, além de estabelecer procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, bem assim elencar as responsabilidades da CONTRATADA, integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus anexos, os seguintes documentos:

- a) Pregão Eletrônico n.º 36/2024, com todos os seus Anexos;
- b) Proposta da CONTRATADA;
- c) Requisição n.º 319/2024.

Parágrafo único: Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definir a sua extensão, as suas obrigações, e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

TERCEIRA: DOS PRAZOS

3.1. O prazo de vigência contratual é de 04 (quatro) meses, contados da data da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

3.2. Em caso de assinatura digital, a vigência contratual iniciará na data de aposição da última assinatura.

3.3. O prazo para entrega é o constante no Anexo I do Edital.

3.4. Os prazos de vigência do Contrato e de entrega serão automaticamente prorrogados,

independentemente de termo aditivo contratual, quando o objeto não for concluído no período fixado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas no Edital e no Contrato, nos termos e condições do art. 111 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

3.5. O registro da prorrogação deverá ser formalizado por simples apostila assinada pelo Gestor do Contrato, pelo Diretor Técnico e pelo Diretor-Geral, podendo ser posterior à prorrogação automática.

QUARTA: DO PREÇO CONTRATADO

4.1. O valor total para aquisição do objeto deste Contrato é de R\$ _____ (_____), conforme especificações técnicas do Anexo I, do Edital de Pregão Eletrônico n.º 36/2024, descritas da seguinte forma:

4.2. Os preços apresentados na Proposta são finais, não sendo admitidos quaisquer acréscimos ou acessórios, estando incluídos nos mesmos os respectivos insumos, tributos, contribuições, custos financeiros, custos com as instalações físicas, equipamentos, impressão, retirada/devolução dos documentos, assim como todas as despesas com mão de obra, testes de qualidade, carga, transporte e descarga, seguros, deslocamentos, estadias, alimentação, e demais custos necessários para a execução do objeto contratado, e demais despesas, encargos, diretos ou indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

4.3. Todos os encargos, impostos, contribuições previdenciárias e demais obrigações fiscais e parafiscais decorrentes da contratação serão de responsabilidade da CONTRATADA, e demais tributos que incidam ou venham a incidir sobre o produto fornecido ou em decorrência dele.

4.4. As despesas, diretas ou indiretas, inerentes à execução do objeto e/ou decorrentes do presente contrato, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

4.5. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data da planilha orçamentária da COMUSA, em 26/11/2024.

a) Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela COMUSA, do índice **IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

b) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

c) No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a COMUSA pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

d) Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

e) Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

f) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

g) O reajuste será realizado por apostilamento.

QUINTA: DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. A Fiscalização da COMUSA procederá a conferência dos bens, verificando a conformidade

com as especificações técnicas, quantidades, tudo em conformidade com o ANEXO I - Termo de Referência do Edital atinente ao presente Contrato. O objeto será recebido:

a) Provisoriamente, em até 10 (dez) dias da comunicação escrita da CONTRATADA de término da entrega, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) Definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 20 (vinte) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

5.2. Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias, após o recebimento definitivo dos produtos e da nota fiscal pelo Gestor da COMUSA.

5.3. Entregar juntamente com a Nota Fiscal os seguintes documentos, com validade mínima de 15 (quinze) dias:

f) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

g) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;

h) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;

i) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

5.4. No caso do objeto entregue não estar de acordo com as especificações e demais exigências fixadas neste Contrato e no Edital de Licitação a que o mesmo se refere, a COMUSA fica, desde já, autorizada a reter o pagamento em sua integralidade, até que sejam efetuadas as alterações, retificações ou substituições determinadas, aplicando-se à CONTRATADA as multas previstas no Contrato.

5.5. Durante o período de retenção, não correrão juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste Contrato.

5.6. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados ou sem a existência do atesto do servidor da COMUSA e da aprovação do respectivo superior hierárquico.

5.7. À CONTRATADA fica vedado negociar, ou efetuar a cobrança ou desconto de duplicatas ou outros títulos cambiariformes emitidos, através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobranças em carteira simples, qual seja, diretamente na COMUSA.

5.8. A CONTRATADA suportará o ônus decorrente do atraso, caso as Notas Fiscais contenham vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento.

5.9. Ocorrendo atraso superior a 10 (dez) dias no pagamento, o débito será pago com o acréscimo de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 1% (um por cento) de juros ao mês, a título de compensação financeira.

5.10. As notas fiscais serão liberadas para pagamento somente quando acompanhadas do atesto do servidor da COMUSA e aprovação do respectivo superior hierárquico.

5.11. Conforme Protocolo ICMS 85/2010, que diz respeito à obrigatoriedade do fornecimento pela empresa CONTRATADA de Nota Fiscal Eletrônica – NF-e – em todas as compras realizadas pelos municípios, o FORNECEDOR deverá enviar para os e-mails nfe@comusa.rs.gov.br e dgarcia@comusa.rs.gov.br, mkutscher@comusa.rs.gov.br e nreis@comusa.rs.gov.br a NF-e referente a cada compra de material realizada pela Autarquia COMUSA.

SEXTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1. Os recursos financeiros correrão à(s) conta(s) dos créditos abaixo discriminados:

Código Reduzido:	50
Órgão:	23 – COMUSA
Unidade:	4 – Área Operacional
Ação:	2292 – Produção, Operação e Manutenção do SAA

Vínculo:	5010400 - Autarquias e Fundações - Exercício
Subelemento:	33390302403000000000 - Material p/ Manutenção de Bens Imóveis/ Instalações

Código Reduzido:	50
Órgão:	23 - COMUSA
Unidade:	4 - Área Operacional
Ação:	2292 - Produção, Operação e Manutenção do SAA
Vínculo:	5010400 - Autarquias e Fundações - Exercício
Subelemento:	33390302600000000000 - Material elétrico e eletrônico

6.1.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada no início de cada exercício, mediante apostilamento.

SÉTIMA: DO FORNECIMENTO E DA GESTÃO CONTRATUAL

7.1. A forma de fornecimento e o modelo de gestão contratual, assim como os prazos e demais condições de fornecimento dos produtos constam no ANEXO I - Termo de Referência do Edital.

OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. As obrigações das partes constam no ANEXO I - Termo de Referência do Edital.

8.2. Além das obrigações constantes no ANEXO I - Termo de Referência do Edital, compete à CONTRATADA:

a) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

NONA: DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar, transferir, ceder ou praticar qualquer outra forma contratual que signifique transferência do presente contrato, no todo ou em parte, sob pena de extinção do ajuste.

DÉCIMA: DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133/2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

DÉCIMA PRIMEIRA: DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, a CONTRATADA que, com dolo ou culpa:

a) Der causa à inexecução parcial do Contrato;

b) Der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à COMUSA ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à inexecução total do Contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846/2013.

11.2. Serão aplicadas à CONTRATADA, pelas infrações administrativas acima descritas, as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei

Federal n.º 14.133/2021);

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subcláusula 11.1 deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Novo Hamburgo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, §4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021);

11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subcláusula 11.1 deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na subcláusula 11.2.2, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021);

11.2.4. **Multa:**

a) Moratória de 0,7% (sete décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” da subcláusula 11.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

c) Compensatória, para a inexecução total do Contrato prevista na alínea “c” da subcláusula 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

d) Para infração descrita na alínea “b” da subcláusula 11.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

e) Para infrações descritas na alínea “d” da subcláusula 11.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.

f) Para a infração descrita na alínea “a” da subcláusula 11.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à COMUSA (art. 156, §9º, da Lei Federal n.º 14.133/2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei Federal n.º 14.133/2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei Federal n.º 14.133/2021).

11.4.2. As multas e as indenizações cabíveis poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela COMUSA à CONTRATADA.

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela COMUSA à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei Federal n.º 14.133/2021).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, e do art. 157 da Lei Federal n.º 14.133/2021, para a penalidade multa.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e

orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na Resolução de Diretoria da COMUSA n.º 012/2023.

11.10. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.11. A COMUSA deverá, através do Gabinete do Diretor-Geral, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.13. Os débitos da CONTRATADA para com a COMUSA, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela COMUSA decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com a COMUSA (art. 9º, §6º, da Resolução de Diretoria da COMUSA n.º 012/2023).

DÉCIMA SEGUNDA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133/2021.

12.2. A critério da COMUSA, o objeto da presente contratação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com os artigos 124, inc. I, e 125 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

12.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Assessoria Jurídica da COMUSA, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal n.º 14.133/2021).

12.5. Os registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

DÉCIMA TERCEIRA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a COMUSA providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato.

13.3. Quando a não conclusão do Contrato referida na subcláusula anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

a) Ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) Poderá a COMUSA optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

a) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, desde que o pedido seja formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação (art. 131 da Lei Federal n.º 14.133/2021).

13.6. O Contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com diretor da COMUSA ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021).

DÉCIMA QUARTA: DO(A) GESTOR(A) E DO(A) FISCAL

14.1. A COMUSA designa a servidora **Nelza Nair dos Reis**, Coordenadora de Manutenção, matrícula n.º 1097, como gestor(a) da aquisição.

14.2. A COMUSA designa os servidores **Diego Ferreira Garcia**, Engenheiro Eletricista, matrícula n.º 1188, e **Márcio Martinez Kutscher**, Engenheiro Eletricista, matrícula n.º 235 como fiscais técnicos e administrativos da aquisição.

DÉCIMA QUINTA: DA REGÊNCIA E DOS CASOS OMISSOS

15.1. Aplicam-se a este Contrato as disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021 e do Decreto Municipal n.º 10.652/2023, que regulamenta as licitações e contratações promovidas pela COMUSA.

15.2. Os casos omissos serão decididos pela COMUSA, segundo as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais normas municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas nos regulamentos federais, na Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

DÉCIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à COMUSA divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527/2011 e no Diário Oficial Eletrônico do Município de Novo Hamburgo, conforme art. 8º, inc. VII, do Decreto Municipal n.º 10.677/2023.

DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A COMUSA reserva-se o direito de, ainda, recusar todo e qualquer produto que não atender as especificações ou que sejam considerados inadequados pela Fiscalização, sem que caiba qualquer ressarcimento ou contraprestação, sendo obrigação da CONTRATADA proceder à respectiva substituição, imediatamente.

17.2. Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo que por omissões, a inobservância no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e condições deste Contrato e/ou dos documentos e anexos do Edital que dele fazem parte, tal fato não terá o condão de liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar essas mesmas

cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas e plenamente exigíveis, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

DÉCIMA OITAVA: DO FORO

18.1. Eleggem as partes contratantes o Foro desta Comarca de Novo Hamburgo/RS, para dirimir todos e quaisquer litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, firmam o presente instrumento, perante as testemunhas abaixo-assinadas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Novo Hamburgo/RS, ____ de _____ de 2024.

COMUSA – SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO DE NOVO HAMBURGO

Márcio Lüders dos Santos
Diretor-Geral

Sérgio Giugno
Diretor Técnico

CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXX
Diretor/Sócio-Administrador/Procurador/Titular

Testemunhas:

1) _____
Nome:
CPF n.º:

2) _____
Nome:
CPF n.º: